

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MAELI PRISCILA GONÇALVES FARIAS

Hostilidade Da Sociedade Britânica Na Atual Crise Dos Refugiados:
Uma Perspectiva Pós-colonial

RECIFE

2016

MAELI PRISCILA GONÇALVES FARIAS

**Hostilidade Da Sociedade Britânica Na Atual Crise Dos Refugiados:
Uma Perspectiva Pós-colonial**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luciana Lira

RECIFE

2016

Farias, Maeli Priscila Gonçalves.

Hostilidade da sociedade britânica na atual crise dos refugiados: uma perspectiva pós-colonial. / Maeli Priscila Gonçalves Farias. – Recife: O Autor, 2016.

72 f.; il.

Orientador(a): Prof. Dra. Luciana Lira.

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. 2. Refugiados. 3. Opinião pública. 4. Reino Unido. I. Título.

**327 CDU (2.ed.)
327 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2016-438**

MAELI PRISCILA GONÇALVES FARIAS

**Hostilidade Da Sociedade Britânica Na Atual Crise Dos Refugiados:
Uma Perspectiva Pós-colonial**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Luciana Lira
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Fábio Ferreira
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustenta, fortalece e guia meus passos. A minha família, que sempre me deu o amor, a estrutura e a estabilidade necessária para que pudesse concluir esta etapa. Aos parceiros de trabalho, em especial Altino Mulungo, Carlo Gomes, Roberto Sousa e Danilo Lemos companheiros de batalha na realização do projeto “A Efetivação de Direitos Fundamentais da População de Migrantes Forçados no Recife”, sem vocês esse trabalho não teria sido possível.

Agradeço a Professora e Orientadora Luciana Lira e ao professor Pedro Soares pela ajuda, paciência e dedicação no processo de construção deste trabalho, e também aos meus colegas internacionalistas que dividiram o stress, e me ouviram tagarelar acerca da situação dos refugiados inúmeras vezes ao longo do processo, sendo apoiadores e incentivadores da minha conquista.

Hostilidade Da Sociedade Britânica Na Atual Crise Dos Refugiados: Uma Perspectiva Pós-colonial

Maeli Priscila Gonçalves Farias*

Resumo

A atual crise de refugiados tem levantado vários questionamentos acerca da validade dos direitos fundamentais a todas as pessoas, independente de sua origem, raça ou nacionalidade. A grande resistência não só dos estados, mas principalmente da população em prover refúgio àqueles que fogem de guerras, conflitos e perseguição é o principal ponto deste trabalho. As estruturas sociais, políticas e econômicas da contemporaneidade sustentam e perpetuam as ideologias produzidas na época colonial e na expansão imperialista, fazendo com que esta divisão entre “nós” – ocidentais – e “eles” – não-ocidentais – continue a definir através da nacionalidade quem tem direito e quem não tem, quem é bem vindo e quem não é. Esta aceitação de uma ideologia racista e xenofóbica se naturaliza através de um sistema hegemônico de dominação. Analisando a sociedade britânica percebemos como os dados reais não justificam tal hostilidade aos refugiados, mas que a falta de empatia esta baseada em uma percepção negativa e “menos humana” do outro.

Palavras-Chave: Refugiados; Teoria Pós-colonialista; Opinião Pública; Reino Unido.

.

* Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais

Abstract

The current refugee crisis has raised many questions about the validity of fundamental rights for all people, regardless of their origin, race or nationality. The negative posture demonstrated not only by the states, but also by the population in providing refuge to those fleeing war, conflict and persecution is the main point of this work. The social, political and economic structures of contemporary society sustain and perpetuate ideologies produced in the colonial and imperialist expansion, making this division between "us" - Western - and "them" - non-Western – to continue to define through nationality who has rights and who does not, who is welcome and who is not. This acceptance of a racist and xenophobic ideology becomes natural through a persistent hegemonic system of domination. Through the study of British society we perceive as real data does not justify such hostility to refugees, but that this lack of empathy is based on a negative perception of the “other”.

Keywords: Refugees; Post-colonial theory; Public opinion; United Kingdom

Lista de Gráficos

Figura 1: Migração internacional de longo prazo, Reino Unido, 1970 a 2014

.....43

Figura 2: Pedidos de asilo e fluxos estimados, Reino Unido, 1984 a 2014

.....46

Lista De Siglas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

IOM – International Organization for Migration

IRC – International Rescue Committee

UE – União Europeia

ONU – Organização das Nações Unidas

FRONTEX – Frontières Extérieures

UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Administration

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. O tem das migrações e o sistema mundo atual.....	16
1.1 A era da mobilidade e suas contradições	16
1.2 O Estado-nação e a questão das migrações.....	19
1.3 Refúgio, cidadania e a garantia de direitos fundamentais.....	23
2. Os estudos pós-colonialistas e a criação do outro na modernidade.....	29
2.1 A virada teórica pós-positivista.....	29
2.2 Principais percepções sobre os estudos pós-colonialistas	33
2.3 O pós-colonialismo e a criação do outro.....	35
2.4 O processo migratório e o pós-colonialismo na contemporaneidade.....	38
3. Estudo de caso – Opinião pública e refúgio no Reino Unido na atual crise migratória	42
3.1 Migrações e refúgio no Reino Unido	42
3.1.1 População britânica por nacionalidade	44
3.1.2 Motivos migratórios	45
3.1.3 População de refugiados no Reino Unido.....	46
3.1.4 População refugiada recebida pelo Reino Unido durante a crise atual.....	48
3.2 Opinião pública da população britânica em relação à concessão de asilo.....	51
3.3 O que determina a opinião pública	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
Referências Bibliográficas	64

Introdução

O início do século XXI tem sido marcado pela forte interação e interdependência entre as nações. Processos econômicos, políticos e sociais têm ganhado cada vez mais a esfera global, em especial, o aprimoramento tecnológico, dos meios de transporte e de comunicação intensificaram esse processo globalizante. Dentro desta dinâmica, o processo migratório tem ganhado força. Dilemas acerca de proteção de fronteiras, superpovoação de cidades, alto fluxo migratório de áreas pobres para áreas ricas e a questão do refúgio têm se tornado pauta frequente nas discussões políticas e sociais. Ao mesmo passo que o mundo se globaliza, tentamos desenvolver formas de parar o movimento de pessoas, em especial as categorizadas como “indesejadas”.

Os refugiados formam o grupo mais vulnerável e indesejado da nossa época. Fugindo de guerras e conflitos e com poucas possibilidades de acolhida, eles acabam em um “vácuo” social, sem destino e sem direitos. A refusa em recebê-los tem acrescido a crise migratória desencadeada nos últimos cinco anos. Neste contexto, a resposta das sociedades receptoras à migração será determinante para a estabilidade de um mundo cada vez mais interligado e em movimento.

Desde 2013, presenciamos a maior crise de migrantes forçados já registrada na história. Segundo dados da ACNUR¹, passamos de 44 milhões em 2010 para 59,5 milhões de pessoas refugiadas em 2014, um aumento de 35% do total em apenas quatro anos. Este número se deve a um desencadeamento de novos conflitos ao redor do mundo – principalmente relacionados à Primavera Árabe – juntamente com antigas guerras que se recusam a chegar ao fim, como os conflitos no Afeganistão e na Somália. Perseguições, violações dos direitos humanos, violência generalizada e guerras civis são os principais propulsores desta realidade.

Apesar dos grandes deslocamentos estarem concentrados em áreas geográficas próximas as regiões de conflito, principalmente na África e no Oriente Médio, o sistema globalizado expande seu alcance não deixando o “restante do mundo” inconsciente ou intocado por estes fatos. Pessoas e informações viajam com mais facilidade e rapidez transformando problemas locais em globais. No entanto, afirmar o contrário também é correto, em um mundo globalizado ações globais geram problemas locais. A maior parte das guerras e conflitos atuais são consequências diretas de acontecimento globais, tais como: o

¹ UNHCR – Global Trends Forced Displacement in 2014

colonialismo europeu, as disputas do período de guerra fria e o voraz desenvolvimento da economia capitalista contemporânea, ou, o que é mais comum, estes processos combinados.

Tais conflitos, podemos assim afirmar, são oriundos de um processo contínuo de troca entre o global e o local, da mesma forma, suas consequências extrapolam o local tomando proporções globais. A busca por refúgio é um efeito colateral de proporções globais que tem incomodado as sociedades “pacificadas”. Dentro desta perspectiva, é importante analisar a resposta da sociedade contemporânea à questão do refúgio. Recebemos com prazer todos os benefícios provindos de um mundo interligado e globalizado, mas será que estamos dispostos a encarar os “efeitos colaterais”?

Bauman (2007), chama esses “efeitos colaterais” de refugo. Seja ele material ou humano, o refugo significa “a sobra”, “o lixo”, aquilo que é produto direto da nossa forma de governança e estilo de vida, mas é descartável. “Os portadores deste estigma representam a miséria, a violência e o êxodo, por isso, precisam ser mantidos a distância por causa da sua humanidade inferior” (BAUMAN, 2007, p. 47).

A grande questão é, em meio a uma sociedade que reconhece a “dignidade inerente a todos os membros da família humana e os seus direitos como iguais e inalienáveis”², qual é a fonte que legitima a extirpação da liberdade e da justiça dando lugar ao ódio e a xenofobia? Por que essa intolerância ao “outro” tem se tornado cada vez mais forte na sociedade contemporânea? Como esta postura tem definido nossa resposta à crise migratória? E o que esta resposta tem gerado?

Com a aceleração do processo globalizante e o desenvolvimento de instituições supranacionais o mundo parecia estar caminhando para uma “aldeia global”, onde as barreiras estatais seriam minimizadas e os direitos seriam estendidos a todos (IANNI, 1992). No entanto, vemos cada vez mais a concepção de nacionalidade sendo o cunho definidor de quem tem direitos e de quem não tem, de quem é bem vindo e quem não é. Trazer uma perspectiva crítica e analisar como a estrutura do estado moderno, a cultura nacionalista, o processo globalizante da sociedade contemporânea, além dos discursos científicos, político e midiático têm influenciado e definido nossa forma de ver o “outro” é essencial para entendermos esta exclusão.

A sociedade contemporânea está alicerçada sobre o pânico da “segurança pessoal”. Estamos preocupados em manter nosso status social a qualquer custo. A percepção de um mundo em descontrole com a desregulamentação do mercado de trabalho, um imprevisível e

² ONU - Declaração Universal dos Direitos Humanos – Preâmbulo

incontrolável meio ambiente e as angustiosas previsões e suposições científicas nos levam a buscar a garantia da nossa confortável e segura sobrevivência. Para isso, contamos com a figura do Estado. A manutenção da ordem, da segurança e a garantia da sobrevivência são as principais funções e o âmago do surgimento do Estado. Este vem por décadas desenvolvendo uma percepção de perigo e insegurança em torno do imigrante.

A figura da pessoa em busca de asilo que antes estimulava a solidariedade humana e a urgência em ajudar, foi maculada e desonrada, e a própria ideia de asilo, antes questão de orgulho civil e civilizado, foi reclassificada como uma horrorosa mistura de ingenuidade vexatória com irresponsabilidade criminosa (BAUMAN, 2005, p. 75).

Esta percepção tomou proporções muito maiores no pós 11 de Setembro quando o título de “terrorista” foi adicionado a qualquer pessoa em busca de asilo. Chegamos a 2015 com o conceito construído e disseminado de que o “outro” é o problema. Assim, se torna essencial analisarmos a formação da identidade nacional moderna, e sua percepção do “outro”, pois ela molda as opiniões e posturas que a população tem em relação ao migrante forçado. Perceberemos que a construção identitária do ‘outro’ finca suas raízes nas primeiras grandes colonizações e continua a influenciar as percepções populares até os dias atuais.

O grande problema é que tal concepção do “outro” é atrasada e limitada, e não se adequa ao mundo contemporâneo que é marcado pela forte globalização e pela diversidade. Esta atual crise nos mostra como a imagem do “outro” precisa ser reinventada para este novo momento histórico, a fim de construirmos uma sociedade mais harmoniosa, pacífica e tolerante. No entanto, até que isto aconteça, os discursos de ódio e intolerância contra os migrantes forçados que tentam buscar refúgio em outros países se multiplicam. Governos têm cada vez mais dificultado a entrada dessas pessoas e endurecido as políticas migratórias, forçando-os a permanecerem em locais de conflitos ou arriscarem suas vidas ao se deslocarem na ilegalidade.

Aqueles que conseguem romper as fronteiras e entrar em outros países muitas vezes acabam deportados, detidos ou sofrem com o preconceito e a falta de assistência das sociedades receptoras. Intervenção militar e a construção de cercas e muros nas fronteiras são ações implementadas pelos estados para tentar parar a imigração. Os governos que defendem esta agenda antimigratória são aqueles que angariam maior apoio popular.

A mídia e as urnas são os principais espelhos dessa realidade social, discursos do conservadorismo extremista, intolerância e preconceito tem se alastrado nas redes sociais. Comentários agressivos de ódio e medo estão em alta e são aceitos pela maioria, o “nós”

contra “eles” parece ser um duelo mais atual do que nunca. Nas urnas, cada vez mais grupos políticos conservadores de extrema direita tem ganhado o voto do cidadão. Sociedades cada vez mais multiculturais envoltas por esse tipo de sentimento de exclusão e ódio estão mais propensas à violência, a instabilidade e ao desrespeito dos direitos humanos. Na luta contra “eles”, acabamos por dar um tiro no próprio pé.

A crise migratória tem atingido fortemente a Europa com fluxo de migrantes forçados cada vez mais numerosos chegando ao seu território. Um clima de preocupação em torno do tema tem levado os países a fecharem suas fronteiras e estabelecerem duras leis em relação à entrada de imigrantes. Não só os governos, mas a sociedade em geral está em “pânico”, as reações à entrada de pessoas têm sido cada vez mais xenófobas e intolerantes.

Muito conhecido pela sua receptividade aos migrantes forçados, o Reino Unido tem mudado sua postura nas últimas décadas. A percepção de uma superpopulação, de uma crise identitária nacional, de desgastes nas estruturas de assistência social e entrave econômico têm levado os britânicos a repudiarem o acolhimento ao refugiado nestes últimos anos. Esta crescente hostilidade varia dependendo de algumas especificidades como religião, raça e forma de entrada no Reino Unido. Os refugiados são os mais afetados pelos estigmas da ilegalidade e precedentes culturais e religiosos, pois a maioria deles são originários de países e culturas não-ocidentais.

Apesar de ser um dos países na União Europeia que menos recebe refugiados, a insatisfação popular no Reino Unido cresce ao mesmo passo que a crise de refugiados cresce ao redor do mundo. A noção de crise amedronta a população mesmo diante do pequeno papel exercido pelo país na recepção dessas pessoas. Esta postura trava o desenvolvimento de ações que poderiam amenizar a crise, incentivar a cooperação e proporcionar melhorias tanto para o refugiado como para as sociedades receptoras. Analisar mais de perto o caso britânico nos dará uma perspectiva dos pontos que nos últimos anos mudaram a percepção social e governamental acerca do refugiado e as consequências das posturas adotadas.

Os materiais utilizados como fonte de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho consistem em literaturas especializadas, dados secundários sobre as condições atuais dos refugiados, pesquisas realizadas por instituições e organizações britânicas sobre a opinião pública no Reino Unido acerca do acolhimento de tais migrantes, textos jornalísticos e discursos políticos.

Sistematizaremos a análise de todo o material empregando em três seguimentos principais: Em primeiro lugar, trabalharemos a questão da mobilidade, o conceito de refúgio e o desenvolvimento desta temática e sua proeminência nos últimos anos do século XX até a

culminação da atual crise em 2014, examinando principalmente as estruturas sociais e o crescimento numérico desta população, e a partir destes dados, analisar as atitudes das sociedades receptoras em relação a este fato.

Em segundo lugar, utilizaremos as literaturas especializadas como base para análise, em específico, da formação da identidade nacional e sua oposição à figura do “outro”. A teoria pós-colonialista trará a estrutura na qual questionaremos os ideários sociais e antropológicos da percepção do outro pelas sociedades ocidentais, e como todo este arcabouço influencia a conduta dos estados e a postura popular negativamente diante do acolhimento ao refugiado.

Em terceiro lugar, focaremos em pesquisas e dados colhidos por instituições como a própria ACNUR, The Migration Observatory (Universidade de Oxford), IOM (International Organization for Migration), House of Commons surveye e CReAM (Centre for Research and Analysis of Migration), no que diz respeito a opinião pública no Reino Unido. Esta extensiva consulta nos dará base para analisarmos o porquê da crescente hostilidade da sociedade britânica em relação ao migrante forçado e em que aspectos tais apreensões se baseiam.

A utilização de discursos midiáticos e políticos é um ponto adicional para construção exploratória. Os jornais, apesar de muitas vezes seguirem tendências de acordo com interesses institucionais, relatam fatos importantes para nossa pesquisa por duas razões principais: primeiramente, eles expõem o discurso e a postura política sobre o tema, e, segundo, os temas abordados nas notícias, e como eles são abordados, influenciam diretamente a opinião pública.

Em relação aos discursos políticos, pontuaremos sua abordagem como revelador da tendência dos estados-nações na manutenção de uma determinada postura em relação ao refugiado a fim de motivar a aceitação de ações e políticas perpetuadas pelos estados que, muitas vezes, ferem não só a Convenção de 51, mas também os direitos humanos fundamentais.

Toda nossa pesquisa será baseada em cima de dados quantitativos e de um arcabouço teórico que nos proporcionará uma análise qualitativa acerca da opinião pública atual. Esta composição nos ajudará a refletir sobre a formação da identidade nacional na sociedade ocidental e da resultante percepção do “outro” – não ocidental, e em como esta construção influencia na recepção ao refugiado na crise atual.

O trabalho desenvolvido tem como objetivo analisar as causas da hostilidade social, em particular a britânica, em relação ao acolhimento aos refugiados na crise migratória atual (2011 – 2015). No primeiro capítulo, analisaremos o processo migratório na atualidade em

face do estado-nação e suas restrições ao movimento; refletiremos sobre a formação dessa estrutura social contemporânea e como ela se tornou um sistema global excludente. No segundo capítulo, questionaremos a formação identitária do “outro” durante a época colonial e como esta estrutura ideológica influencia a forma que pensamos o “outro” até os dias atuais. E, por fim, no terceiro capítulo, utilizaremos todo este arcabouço para analisarmos como todos estes fatores determinam a hostilidade britânica em relação ao refugiado.

Faz-se necessário uma mudança de mentalidade para que haja uma postura diferente acerca dos refugiados. Órgãos humanitários, teóricos sociais, algumas redes midiáticas e uma parcela da sociedade já vêm lutando para este fim. Este trabalho vem complementar essa perspectiva, reafirmando que entender as origens deste tipo de pensamento e desconstruí-lo a fim de se estabelecer uma nova forma de ver o outro é essencial neste processo histórico atual. Migração é um fato inerente ao ser humano. Debruçar esforços em para-la é um equívoco, especialmente em um mundo fortemente globalizado. Uma sociedade harmoniosa, tolerante e inclusiva é o caminho para alcançarmos a segurança social e pessoal que tanto almejamos.

CAPÍTULO 1: O TEMA DAS MIGRAÇÕES E O SISTEMA MUNDO ATUAL

1.1 A era da mobilidade e suas contradições

Como uma das principais preocupações do cidadão contemporâneo, especialmente em países desenvolvidos, as migrações têm sido um dos temas mais discutidos no início do século XXI e têm garantido acalorados debates políticos. As posturas e opiniões em relação à questão migratória têm sido uma das principais vias que definem os partidos que conseguem ser eleito, ou não. Os sentimentos de xenofobia, nacionalismo radical e preservação da homogeneidade cultural estão tomando o lugar do multiculturalismo e cosmopolitismo tão idealizados pelo processo globalizante em direção a uma comunidade global (CASTLES *et al*, 2014).

Estamos vivendo a “era da mobilidade”, como afirmou o secretário geral da ONU Ban Ki-moon³. A aceleração da globalização, a expansão do capitalismo e o desenvolvimento de aparatos tecnológicos que facilitam a troca de informação, de mercadorias e do movimento humano, trouxeram um incrível potencial para o crescimento do processo migratório. Contraditoriamente, em resposta a isto, muitos países desenvolveram políticas restritivas à imigração, endurecendo o processo de concessão de visto, reforçando a segurança de suas fronteiras e fomentando um discurso negativo ao imigrante (SASSEN, 2002; PERALVA, 2007; RICHMOND, 1993; HOBBSAWN, 1990, BAUMAN, 2005).

Vivemos, assim, um dilema. Todo o desenvolvimento e todas as características da sociedade contemporânea apontam para a universalização dos sistemas, a interdependência e o cosmopolitismo das relações sociais, mas ao mesmo passo crescem as barreiras ao deslocamento humano. Todo o esforço dos Estados em deter a migração gera massiva violação dos direitos humanos (CRÉPEAU, 2016), tornando o sistema migratório atual ineficiente e inapropriado para nossa realidade, mais que isso, eles têm se mostrado um instrumento de seletividade e exclusão (SASSEN, 2002; PERALVA, 2007; RICHMOND, 1993; BAUMAN, 2005).

Nacionalidade e status econômico são normalmente características que definem, como Bauman (2007) coloca, os “cidadãos globais” e os “cidadãos locais”. O primeiro grupo, em sua maioria, são cidadãos de países desenvolvidos, os quais “geralmente estão conectados a comunicação global e a uma vasta rede de intercâmbio, aberta a experiências que envolvem o mundo inteiro” (BAUMAN, 2007, p. 80), já o segundo grupo vem das camadas inferiores dos

³ UNRIC - A Era da Mobilidade* Ban Ki-moon Secretário-Geral das Nações Unidas - Publicado em Portugal pelo jornal Público a 10/07/2007

países em desenvolvimento, tais, “condenadas a permanecerem locais” (BAUMAN, 2007, p. 81) muitas vezes se aventuram pelo tráfico e pela ilegalidade em busca de melhores condições de vida.

Quando acrescentamos a este cenário os refugiados encontramos aqueles que não são ‘locais’ nem ‘globais’, pois não lhes é dado o direito de permanecer de forma segura em sua terra de origem, por razões de guerra, violação de direitos ou perseguição e nem lhes é dado o direito de recomeçar suas vidas em outro lugar. A maior parte deles vive em limbos, como os campos de refugiados ou na ilegalidade. Em ambos, os refugiados não tem acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e trabalho. Eles estão destinados à escassez e a dependência (BAUMAN, 2005, 2007).

Os refugiados são o grupo de migrantes mais indesejados pela sociedade atual (BAUMAN, 2005). Isto se deve a inúmeros fatores que discutiremos mais detalhadamente no decorrer deste trabalho, no entanto, é importante conceituar a situação do refúgio e o que os difere dos outros migrantes. A convenção de 51⁴ define os refugiados como todo aquele que por razão de perseguição étnica, religiosa ou política teme por sua vida e esta fora do seu país por conta de tais temores. São pessoas que precisam de proteção e sua nação de origem não pode ou não deseja conceder a necessária segurança, podendo, o próprio Estado, ser o que inflige tal temor.

Recente pesquisa realizada pelo International Organization for Migration (IOM) mostra⁵ que a disposição para receber imigrantes tem se tornado cada vez menor, especialmente no continente Europeu, onde o índice de desaprovação pode chegar a 52%. Se tratando de refugiados essa desaprovação sobe para 70%⁶. Estes números mostram a clara resistência popular europeia em relação à concessão de refúgio. A mesma pesquisa realizada pela IOM também aponta que a opinião popular e as políticas públicas em relação ao refúgio costumam estar alinhadas. Quando a percepção da população é negativa, as políticas tendem a ser mais duras e restritivas.

A opinião pública é um fator importante para o estudo do processo migratório nas sociedades contemporâneas democráticas, pois “os grupos étnicos no mundo moderno estão destinados a coexistir, – não importando – qualquer que seja a retórica que sonhe com uma volta a nação sem misturas” (HOBSBAWM, 1990, p. 185). A migração é um fator inerente à

⁴Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43.

⁵Report – How the world views migration, IOM, 2015.

⁶ INDEPENDENT - British public among least welcoming in Europe towards refugees, according to survey

existência social humana, e diante de um mundo globalizado e interligado esse processo só tende a se acentuar. Estimular o convívio harmonioso e desenvolver políticas e instrumentos de justiça e equidade para migrantes e refugiados se torna imprescindível para a coesão social no mundo atual (RICHMOND, 1993; SASSEN, 2002).

No entanto, nos últimos anos, especialmente após o atentado de 11 de setembro, as políticas migratórias e a opinião pública tenderam a endurecer. A percepção da figura do migrante como um potencial terrorista ou ameaça à segurança social juntamente com o intenso crescimento populacional, a possível escassez de matéria prima e a impossibilidade de um controle efetivo das fronteiras pelo Estado fez crescer dentro das sociedades nacionais um sentimento de “descontrole”, e a perspectiva de que uma estabilidade só seria possível através do extremo controle e leis mais restritivas a imigração. (CASTLES *et al*, 2014; BAUMAN, 2005, 2007)

Diante disto, “as políticas imigratórias tendem a se direcionar a um maior controle policial e militar e a um crescente desrespeito aos códigos internacionais de direitos humanos” (SASSEN, 2002, p. 02), alimentando o sentimento anti-imigrante e a segregação social. Assim, “hoje a típica minoria nacional, em grande parte dos países que recebem imigrantes, é um arquipélago de pequenas ilhas mais do que uma terra maciça e coerente” (HOBSBAWM, 1990, p. 185).

It must be recognized that the emerging global economic and social system is one in which population movements will continue to increase rather than decline. A comprehensive nonexodus approach, such as that advocated by the Intergovernmental Committee⁷ and its advisers, will be self-defeating... In the postmodern world we must all learn to live with ethnocultural diversity, rapid social change and mass migration (RICHMOND, 1993, p. 10)⁸.

Esta postura anti-migratoria das sociedades nacionais não têm o poder de parar o processo migratório, no entanto, ela dificulta a formulação e implementação de políticas que administrem ao mesmo tempo em que concedam padrões justos e humanitários ao movimento

⁷ O diretor do Comité Intergovernamental defendeu no Instituto Real de Assuntos Internacionais, em Londres – Inglaterra em 1º de Março de 1991, que “migrações internacionais de forma descontrolada e em grande escala pode ameaçar a coesão social, a solidariedade internacional e a paz”. (Widgren, 1991 - "The Management of Mass Migration in a European Context").

⁸ Tradução livre da citação: Deve-se reconhecer que o emergente sistema global econômico e social é aquele em que os movimentos populacionais irão continuar a aumentar em vez de declinar. Uma abordagem contra o êxodo, como a defendida pelo Comité Intergovernamental e seus assessores, vai ser auto-destrutivo [...] No mundo pós-moderno, todos devemos aprender a viver com a diversidade etnocultural, a rápida mudança social e a migração em massa.

de pessoas, em especial os refugiados. A estrutura do Estado-nação e a percepção da etnicidade e da cultura como fatores determinantes da nacionalidade – tornando alguns grupos portadores de direitos e outros não – é um fator crucial na formação da opinião pública. A construção estrutural e ideológica acabam se complementam, fazendo do processo segregador um ato legitimamente aceito pela sociedade (SASSEN, 2002).

1.2 O Estado-nação e a questão das migrações

Estado e nação são conceitos distintos, que nasceram em épocas e com propósitos distintos. A compreensão da diferença entre ambos e da sua junção moderna em um modelo unificado será importante para a análise que será desenvolvida neste trabalho. O Estado é uma “forma de ordenamento jurídico que surgiu na Europa a partir do século XIII” (BOBBIO, 1998, p 425), “com o intuito de centralizar o poder político em resposta à multiplicidade de ordens que disputavam a supremacia na Idade Média” (DIAS & MINHOTO, 2006, p 34). Em seu modelo atual e universalizado o Estado representa “o poder unitário e concentrado, totalitário e absoluto [...] incluindo o plano institucional e organizativo” (BOBBIO, 1998, p 427).

Para Elias (1993), a formação do Estado na Europa Ocidental foi possível por dois fatores principais; primeiramente, o controle da terra submetido a um único suserano, que impunha um poder militar hegemônico e concedia assim proteção aos seus súditos. E segundo, a monetarização que vem com o controle das terras através de taxas tributárias e monopólio fiscal, o que fortalecia ainda mais a posição do soberano. O Estado se constituía em um organismo central, estável e aceito pelos súditos. E é a partir desta aceitação que se aprofunda a necessidade de coesão e de uma interdependência através de características culturais comuns dentro desses espaços políticos.

Já o conceito de Nação se desenvolveu em épocas diferentes e lugares diferentes com múltiplos significados⁹, sendo assim “um termo vago, que podia ser atribuído à simples ideia de grupo, ou à ideia de toda e qualquer forma de comunidade” (BOBBIO, 1998, p 795). O sentido moderno de nação, no entanto, se baseia na fusão entre a cultura e o estado, fazendo um dependente do outro, como coloca Gellner (1993), a unidade nacional e a unidade política correspondem uma à outra, assim o nacionalismo unifica a entidade política através de uma identidade comum, que é produzida por processos históricos específicos (ELIAS, 1993; GELLNER, 1993; ANDERSON, 1989).

⁹Para uma compreensão mais aprofundada e detalhes históricos, ver, entre outros: HOBBSBAWM, 1990; BENEDICT, 1989.

Weber (1994), trata desta questão, quando traz para sua análise das estruturas sociais as disposições ideológicas, as quais, sustentam e direcionam a ação dos sujeitos sociais. Para ele, o elemento fundamental da unidade nacional é o sentimento de “pertinência a raça” ou “consciência étnica”, que retratam a gênese e justificam o vínculo comunitário. A ideia de inclusão em um determinado grupo e a crença em sua ascendência comum, atrelado à comunidade política, ou seja, as estruturas e a consciência de um destino político comum, formam o sentimento nacional que unifica e condiciona a existência do Estado moderno.

Para Gellner (1993), os estado-nações formam um aparato social que se adequa às estruturas da sociedade industrial moderna pela sua capacidade de homogeneização e padronização dos sistemas educacionais e hábitos sociais. No entanto, “são uma contingência e não uma necessidade universal. Nem os Estados nem as nações existiriam sempre e em qualquer circunstância” (CARVALHO COSTA, 2006, p. 25 e 26). Apesar de ser fortemente enraizado e naturalizado no consciente do homem contemporâneo o conceito de nação é relativamente novo, que surgiu só em meados do século XVIII (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 1989).

O nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de fato se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social (GELLNER, 1993, p. 77).

Um ponto que todos os teóricos que trabalham a questão da nacionalidade concordam é que o sentimento e a ideia de nacionalidade é uma construção abstrata, definida por critérios culturais, dentro de uma estrutura imaginada e intangível. Anderson (1989), define a nação como uma comunidade imaginada, pois “sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalece em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal (ANDERSON, 1989, p.16). Assim, a nacionalidade não deve ser compreendida como uma ideologia política abraçada conscientemente por um grupo de pessoas, mas através de fatores mais subjetivos, culturais, valores, mitos e simbolismos (ANDERSON, 1989; SMITH, 1993).

Only a more “symbolic” approach based on historical comparison of the durable constitutive elements of ethnic communities and nations help us to build a Picture of the historical and sociological

relationships between these communities and nations¹⁰ (SMITH, 1993, p.4).

Os atributos culturais provindos das estruturas inconscientes definem a peculiaridade de um determinado grupo social. A persistência desses atributos forma o “ethos do povo” que, juntamente com componentes de alteridade, ou seja, a percepção de que pertencer a um grupo significa ser diferente e não pertencer a outro grupo, sustentam o sentimento nacional. Os laços provenientes dessa construção ideológica são tão fortemente moldados, cristalizado e transmitido que ganha status de natural, inflexível e eterno (SMITH, 1993).

Bobbio (1998) destaca a dificuldade na definição destes “laços naturais”, o que leva ao surgimento de várias correntes e ideologias acerca do conceito de nação. Teóricos contemporâneos identificam como principais características para tais laços, especialmente pela influência da Revolução Francesa, a etnicidade, a língua, os costumes e o território (ELIAS, 1993). No entanto, como aponta o próprio Bobbio, nenhuma dessas características alcança a amplitude e não coincide com os grupos que se identificam como nação. Assim, ele chega à conclusão de que a nação representa uma “entidade ilusória, à qual não corresponde a grupo algum concretamente identificável” (BOBBIO, 1998, p 797).

O problema é que não há meio de informar o observador como distinguir *a priori* uma nação de outras entidades [...] Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descrito como “nações”, sempre é possível descobrir exceções (HOBSBAWM, 1990, p. 14 e 15).

A junção dos dois conceitos e a formação do Estado-nação se iniciou na Europa por duas razões principais; primeiro, o declínio do poder monárquico e a crise da legitimidade dinástica exigiam uma nova postura, que garantisse a

[...]unidade do Estado contra os efeitos desagregadores do antagonismo existente entre as classes e da luta de poder entre os Estados. A ideia de nação desempenhou, pois, a função de instrumento de integração dos cidadãos no Estado democrático (BOBBIO, 1998, p 800).

Segundo, esta estrutura foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo e o processo de economicização e socialização do Estado. (HOBSBAWM, 1990)

¹⁰ Tradução livre da citação: Só uma abordagem mais simbólica, baseada na comparação histórica dos elementos construtivos duráveis das comunidades étnicas e das nações nos permitirá construir um quadro de relações históricas e sociológicas entre estas comunidades e estas nações.

A evolução do sistema de produção, provocada pela Revolução Industrial, criou mercados de dimensões "nacionais", ampliou conseqüentemente os horizontes da vida cotidiana de camadas cada vez mais amplas da população e ligou ao Estado um conjunto de comportamentos econômicos, políticos, administrativos, jurídicos que, na fase anterior, eram totalmente independentes (BOBBIO, 1998, p 798).

A mundialização dessa estrutura Estado-nação com fronteiras bem definidas, onde, apesar de todas as contradições conceituais, o portador do direito cidadão é somente o sujeito nacional, ou seja, aquele que possui “laços naturais” – étnico, linguístico, histórico e territorial – trouxe para a contemporaneidade um grande desafio no que diz respeito às migrações, pois o Estado-nação institucionalizou a segregação entre “nós” e “eles” retraçando a fronteira de quem têm direitos e de quem não têm, ou como coloca Bauman: “traçou a fronteira entre humano e inumano, disfarçada, nos tempos modernos, na que divide cidadãos e estrangeiros” (BAUMAN, 2004, p. 69).

Assim, o sistema moderno de Estado-nações tende mais a excluir do que incluir. Após o fim do período colonial e imperial onde ocorreram massivos processos migratórios – das metrópoles para as colônias – os Estados começaram a fechar suas fronteiras para grandes movimentos humanos. Isto ocorreu no final do século XIX nos Estados Unidos, e na Europa em meados de 1950. Para Hobsbawm (1990), o século XX foi marcado por um crescimento dos movimentos nacionalistas de forma negativa, onde se predominava a segregação, sempre enraizada nas diferenças étnicas, linguísticas e culturais/ religiosas (HOBSBAWM, 1990).

Este processo foi fortemente marcado pelo idealismo Wilsoniano, onde a homogeneidade da população, de crenças e valores eram condições fundamentais para a autoafirmação e a autogovernança de um Estado livre e democrático¹¹. Este “nacionalismo territorial” levou ao genocídio e expulsão em massa de várias minorias étnicas na Europa e a guerras de independência e separatistas por nações colonizadas. No entanto, “a maioria dos novos Estados que se reergueu das ruínas dos antigos impérios era inteiramente tão multinacional quanto as velhas “prisões de nações” que substituíram” (HOBSBAWM, 1990, p. 161).

No século XX, houve também, como Bauman (2005) relata, uma mudança no papel do Estado. O intenso processo globalizante ocorrido nas últimas décadas acarretou na atenuação da economia exclusivamente nacional para dar abertura a uma integração cada vez maior dos mercados (DIAS & MINHOTO, 2006). A interdependência gerada por esse

¹¹ Instituto Português de Relações Internacionais - Uma visão intempestiva – um legado intemporal”. Woodrow Wilson e a Irresistível Tentaçao da Paz Democrática – *Mónica Dias, Universidade Católica Portuguesa.*

processo enfraqueceu o controle econômico do Estado e sua autonomia para garantir as demandas sociais. Neste cenário, o Estado perde parte da sua legitimidade como provedor do bem-estar social e passa a atuar baseado principalmente na perspectiva securitária (BAUMAN, 2005).

Desta forma, a sociedade contemporânea se estrutura no medo, no qual, em nome da ordem, da segurança e da estabilidade nacional os Estados definem suas políticas migratórias. Este modelo securitário baseia-se na ideia do “outro” de uma perspectiva étnica, cultural e geopolítica, onde, “os imigrantes oferecem um conveniente foco alternativo para as apreensões nascidas da súbita instabilidade e vulnerabilidade das posições sociais” (BAUMAN, 2005, p. 73).

There is a worldwide trend towards stricter immigration controls and attempts to limit the flow of refugees and asylum applicants. It is part of a growing nostalgia for a simpler world in which people felt secure in homogeneous communities where neighbors shared "traditional" values. It is also a reaction to the insecurity felt by many faced with a rapidly changing global society¹² (RICHMOND, 1993, p. 8).

Políticas antimigratórias constituem um fator relativamente novo – com poucos precedentes históricos – sendo assim uma característica mais presente na governança atual dos séculos XX e XXI (CASTLES *et al*, 2014). A esfera política tem tentado administrar uma sociedade dinâmica e globalizada sem perder sua soberania sobre o movimento humano e o território nacional. No entanto, esta tentativa de controle por parte do Estado não tem diminuído ou desestimulado a migração, ao contrário, tem incentivado o tráfico ilegal de pessoas, o desrespeito aos direitos fundamentais e a construção da figura do migrante e do refugiado de forma negativa (SASSEN, 2002).

1.3 Refúgio, cidadania e a garantia de direitos fundamentais

A conjuntura do Estado-nação vincula cidadania à nacionalidade, sendo o primeiro intrinsecamente dependente do segundo. Assim, o indivíduo só tem garantido seus direitos e é reconhecido pelo Estado como sujeito – cidadão – se for um nacional, e o mesmo, só é um nacional, *a priori*, se possuir os “laços naturais” – étnico, linguístico, histórico e territorial – que o defina como tal. A perspectiva do contrato social sendo um acordo entre o indivíduo e o

¹² Tradução livre da citação – Há uma tendência mundial de controles de imigração mais rígidas e tentativas para limitar o fluxo de refugiados e requerentes de asilo. Isto é parte de uma nostalgia crescente para um mundo mais simples em que as pessoas se sintam seguros em comunidades homogêneas, onde vizinhos compartilham os mesmos valores "tradicionais". É também uma reação à insegurança sentida por muitos diante de uma sociedade global em rápida mutação.

Estado sem precondições, ou seja - uma escolha, como desenvolvido pelos contratualistas¹³ vem perdendo lugar na sociedade contemporânea para dar lugar à ideologia wilsoniana da autodeterminação dos povos e o conseqüente medo da perda da homogeneidade étnica e coesão cultural (REIS, 2004; PERALVA, 2007).

As políticas de nacionalidade e imigração estão intimamente ligadas. Antes de qualquer coisa, para se definir quem é o imigrante, é preciso se definir quem é o “nacional”. [...]Diferentes concepções de nação favorecem diferentes políticas de nacionalidade/cidadania, e também de imigração. As políticas de imigração, sejam elas mais abertas ou mais fechadas, podem privilegiar determinado tipo de indivíduo ou determinada nação, em função dessa concepção de nacionalidade (PERALVA, 2007, p. 156).

Os Estados tendem a definir e selecionar os “tipos de migrante” que desejam receber em seu território, restringindo a concessão de direitos a um grupo seletivo e limitado de indivíduos – “nós”. Vemos essa postura facilmente refletida na opinião pública dos países receptores. No Reino Unido, por exemplo, 46% (BLINDER, 2014) das pessoas declararam relações raciais uma das mais importantes questões do país. Declararam também serem mais favoráveis a imigrantes australianos e europeus – brancos, cristãos e ocidentais – e mostram atitudes negativas em relação a indianos, caribenhos e migrantes do “subcontinente” (BLINDER, 2011). Assim, percebemos que “em uma época de crescente migração, cidadania como uma forma de classificação veio assumir o tipo de importância uma vez reservada a outros tipos de discriminação e classificações de exclusão social”¹⁴.

Distinctions in ancient times or in ante-bellum United States between free men and slaves, in French and Portuguese colonial empires between “voluns” or “assimilados” and other colonial subjects, in Nazi-occupied Europe between Aryans and Jews and Roma, or racial classifications in Apartheid South Africa, were all means of granting or denying social and political rights.¹⁵

¹³ Os contratualistas postulam um estado de relações humanas livre de qualquer ordem social estruturada, chamada de “estado de natureza”, anterior ao surgimento da sociedade civil. No estado de natureza não havia leis ou normas sociais, governos ou obrigações políticas entre governantes e governados. Em um determinado momento os homens sentem a necessidade de criar um acordo, um pacto social (contrato social), através do qual reconhecem uma autoridade (governante) um conjunto de regras e um regime político dando origem assim, a sociedade.

A ideia de um contrato social aparece teorizada em filósofos como J. Althusius (1557-1638), Thomas Hobbes (1588-1679), B. Spinoza (1632-1677), S. Pufendorf (1632-1694), John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), I.Kant(1724-1804)(MATTEUCCI,1998).

<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/os-contratualistas/>

¹⁴ OPEN DOORS - Social Inclusion and the construction of European identity, p. 205 - <http://docplayer.net/12986883-Open-doors-social-inclusion-and-the-construction-of-european-identity-a-research-on-forced-migration-to-activate-civil-society.html>.

¹⁵ OPEN DOORS – Social Inclusion and the construction of European identity", [ca. 2014] pag. 205

Dentro deste cenário, os refugiados constituem o grupo mais vulnerável e marginalizado. A sociedade contemporânea acredita que os refugiados, diferentemente de outros grupos de migrantes, estão normalmente mais ligados à ilegalidade e ganham mais benefícios governamentais do que o próprio nacional, sendo um peso econômico e social (CASTLES *et al*, 2014). A maior parte dos migrantes forçados se origina de países pobres, ex-colônias e que mantêm grande distância cultural dos países desenvolvidos¹⁶. Essa distância cultural gera mais resistência e apreensão em conceder asilo (CASTLES *et al*, 2014; BAUMAN, 2005, 2007).

Anecdotal evidence suggests that generalised hostility towards asylum seekers and refugees may be compounded by other racial, religious and gender prejudices. Public opinion may therefore be particularly hostile to those refugees and asylum seekers who are also, for example, Black, Muslim, LGBT or Roma.¹⁷ (FINNEY, 2005, p. 02).

Todas essas determinantes, juntamente com a indisposição do Estado em receber refugiados tem gerado, nestas últimas duas décadas, um grande “estoque” de migrantes forçados que se destinam a ilegalidade ou aos campos de refugiados. Esta situação começou a se acentuar no final dos anos 80 com o fim da Guerra Fria, quando os interesses dos Estados, em especial dos países desenvolvidos, em conceder refúgio diminuiu¹⁸ e um número cada vez maior de migrantes forçados foi condenado a permanecer em campos de refugiados (CASTLES *et al*, 2014).

The refugee regime of Western countries has been fundamentally transformed over the last ten years. It has changed from a system designed to welcome Cold War refugees from the East and to resettle them as permanent exiles in new homes, to an exclusionary regime,

Tradução livre da citação: Distinções em épocas antigas ou, antes da guerra civil nos Estados Unidos entre homens livres e escravos; em impérios coloniais franceses e portugueses entre "Voluns" ou "assimilados" e outros sujeitos coloniais; na Europa ocupada pelos nazistas entre Arianos, judeus e ciganos; ou classificações raciais no Apartheid África do Sul, foram todos meios de conceder ou negar direitos sociais e políticos.

¹⁶Principais países de origem de refugiados, em ordem crescente – Síria, Afeganistão, Somália, Sudão do Sul, Sudão, República Democrática do Congo (UNHCR – Mid Year Trends 2015).

¹⁷Tradução livre da citação – Evidências sugerem que a hostilidade generalizada em relação aos requerentes de asilo e refugiados pode ser agravada por outros preconceitos raciais, religiosos e de gênero. A opinião pública pode, portanto, ser particularmente hostil aos refugiados e requerentes de asilo que são também, por exemplo, negros, muçulmanos, LGBT ou Ciganos.

¹⁸Durante a Guerra Fria acolher refugiados era uma poderosa propaganda para o ocidente, porque ressaltava o grande senso humanitário dos países do Oeste e atraía aliados. Além disso, a política de “non-departure” do regime comunista mantinha o número de migrantes forçados baixo, o que facilitava a concessão do refúgio pelos países ocidentais (CASTLES *et al*, 2014).

designed to keep out asylum seekers from the South”.¹⁹(CASTLES *et al*, 1998, p. 227).

Inicia-se, assim, um processo que Bauman chama de:

biosegregação, de invocar e fixar identidades manchadas por guerras, violência, êxodos, moléstias, miséria e desigualdade. [...] Os portadores do estigma seriam definitivamente mantidos a distância por motivos de sua humanidade inferior, ou seja, de sua desumanização física e também moral (AGIER, *apud* BAUMAN, 2005, p. 98)

Os campos de refugiados se tornaram, a partir do final do século XX, paliativos para o fluxo de migrantes forçados que ultrapassavam suas fronteiras, mas que nenhum Estado aceitou acolher em seu território. Estes campos normalmente se encontram em terras fronteiriças ou em lugares desabitados longe das cidades e da vida ativa de um país. São construídos com o objetivo de restringir o movimento das pessoas e fornecer o mínimo necessário para subsistência. As estruturas dos campos de refugiados são extremamente precárias e impossibilitam o desenvolvimento para o futuro²⁰.

Os campos de refugiados foram inicialmente projetados para dar assistência emergencial aos deslocados forçados que alcançavam as fronteiras de seus países cansados e famintos da longa jornada de fuga, que posteriormente seriam enviados aos países de acolhida²¹. Muitas dessas estruturas temporárias acabaram se tornando permanentes. Segundo a ACNUR, o tempo médio que uma pessoa fica em um campo de refugiado, em 2009, era de 20 anos²² - este período com certeza aumentou nos últimos anos, visto que nada foi feito para mudar a situação desses refugiados. Esta população se torna extremamente vulnerável e dependente da ajuda humanitária. Hoje, cerca de 14.4 milhões de pessoas vivem em campos de refugiados, e a estimativa é de que 80% desta população sejam mulheres e crianças²³.

O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Gerrit Van Heuven Goedhart, ainda na crise de refugiados da Segunda Guerra Mundial, nos anos 50, chamou os campos de refugiados de “pontos negros no mapa da Europa” que deveriam “queimar buracos na consciência de todos aqueles privilegiados de viver em melhores condições”. Ele acrescentou

¹⁹Tradução livre da citação – O regime de concessão de refúgio dos países ocidentais foi totalmente transformado ao longo dos últimos anos. Ele saiu de um sistema idealizado para acolher os refugiados da Guerra Fria a fim de reassentá-los como exilados permanentes em novas casas a um regime de exceção, concebido para impedir a entrada de requerentes de asilo do Sul.

²⁰Forced Migration Review, Oxford, n. 33, 2009 (coletânea de artigos sobre o tema, publicada na edição *Protracted Displacement*).

²¹ UNHCR, PROTRACTED REFUGEE SITUATIONS: THE SEARCH FOR PRACTICAL SOLUTIONS [ca 2005]

²²Forced Migration Review, Oxford, n. 33, 2009 (coletânea de artigos sobre o tema, publicada na edição *Protracted Displacement*).

²³ UNHCR – Global Trends – Forced Displacement in 2014

também que “se a situação persistisse os problemas dos refugiados iria apodrecer, e seu escritório seria reduzido à administração da miséria humana”²⁴. A questão dos refugiados da Segunda Guerra Mundial foi resolvida, no entanto, atualmente existem campos de refugiados que existem a mais de 60 anos²⁵ e a situação destes refugiados parece estar longe de mudar, são vidas inteiras vividas no limbo das fronteiras estatais.

Apesar da situação desumana, há pouca iniciativa dos Estados e da sociedade em mudar as condições destas pessoas. Castles *et al* (2014), coloca que no ano de 2011, 79,800 refugiados foram reassentados em 22 países, 20,000 a menos que no ano anterior. E que, se continuássemos neste ritmo demorariam 80 anos para reassentar todos os refugiados, isto, assumindo que nenhuma outra pessoa fosse forçada a fugir, elevando o número de 7.1 milhões daquele ano (CASTLES *et al*, 2014). A questão é que chegamos em 2014 com mais de 14 milhões de pessoas vivendo em campos de refugiados²⁶, praticamente o dobro de 2011. E quanto mais os números crescem, menos os Estados se dispõem a receber refugiados, e mais difícil se tornar encontrar uma solução humanitária e pacífica.

Are we creating a system of *global apartheid*, based on discrimination against migrants and refugees from poorer developing countries? [...] will the emerging “new world order” ensure justice and equality of treatment for immigrants and refugees, or will it create a system that gives privileges to some and deprives others of their rights?²⁷ (RICHMOND, 1993, p. 7).

Diante desta perspectiva muitos refugiados desafiam os limites estabelecidos pelos Estados-nação e decidem arriscar suas vidas no tráfico, atravessando o mar em precárias condições ou andando milhares de quilômetros para conseguirem alcançar os países desenvolvidos. Este fenômeno de movimento em massa em direção principalmente a Europa, iniciado em 2013, tem desencadeado a maior crise de refugiados do nosso tempo²⁸. Não porque a situação dos refugiados no mundo já não era um desafio, mas porque agora grandes fluxos passaram a atingir diretamente as sociedades dos países hegemônicos. “A inabilidade da comunidade internacional de prover soluções realísticas para os refugiados é a raiz da causa que leva ao movimento espontâneo em busca de asilo” (CASTLES *et al*, 2014, p. 230).

²⁴ UNHCR, PROTRACTED REFUGEE SITUATIONS: THE SEARCH FOR PRATICAL SOLUTIONS, [ca. 2005], p. 105

²⁵ UNHCR report shows further growth in forced displacement in first half 2014 - 7 January 2015 | Français

²⁶ UNHCR – Global Trends – Forced Displacement in 2014

²⁷Tradução livre da citação – Nós estamos criando um sistema de *global apartheid*, baseada na discriminação contra migrantes e refugiados dos países pobres e em desenvolvimento? [...] A nova ordem mundial ira assegurar justiça e equidade de tratamento para imigrantes e refugiados, ou ira criar um sistema que dá privilégios a alguns e priva outros dos seus direitos?

²⁸ForcedMigationReview, Oxford, n. 51, 2016 (coletânea de artigos sobre o tema, publicada na edição Destination: Europe). & UNHCR GLOBAL TRENDS 2014.

Este movimento tem gerado uma grande onda de xenofobia e insatisfação em toda a Europa. Grupos nacionalistas radicais tem ganhado cada vez mais o apoio do cidadão Europeu. Os refugiados têm sido vistos como uma ameaça à sociedade Europeia. A falta de preparação e políticas públicas eficientes para lidar com a grande evasão de pessoas é um dos motivos para a postura negativa da população²⁹. No entanto, precisamos destacar que essa percepção negativa do refugiado já vem sendo construída há muito tempo – como veremos nos capítulos a seguir –, como coloca Bauman:

A figura da “pessoa em busca de asilo”, que antes estimulava a solidariedade humana e a urgência em ajudar, foi maculada e desonrada, e a própria ideia de “asilo”, antes questão de orgulho civil e civilizado, foi reclassificada como uma horrorosa mistura de ingenuidade vexatória com irresponsabilidade criminosa (BAUMAN, 2004, p. 75).

Um dos marcos da sociedade contemporânea é o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, independente de sua origem, raça, credo ou status social. Após a Segunda Guerra Mundial vários instrumentos legais no âmbito internacional foram criados para garantir a proteção do indivíduo, no entanto, o cumprimento destes instrumentos está longe de ser o ideal. No caso dos refugiados, em especial, seus direitos como não-cidadãos, parecem ser legitimamente esquecidos – quando não violados - pelo Estado (SASSEN, 2002; REIS, 2004; PERALVA, 2007). Em meio a uma sociedade que reconhece a “dignidade inerente de todos os membros da família humana e os seus direitos como iguais e inalienáveis”³⁰, qual é a fonte que legitima a extirpação da liberdade e da justiça dando lugar ao ódio e a xenofobia?

²⁹OPEN DOORS - Social Inclusion and the construction of European identity, p. 205 - <http://docplayer.net/12986883-Open-doors-social-inclusion-and-the-construction-of-european-identity-a-research-on-forced-migration-to-activate-civil-society.html>

³⁰Declaração Universal dos Direitos Humanos – Preâmbulo

CAPÍTULO 2: OS ESTUDOS PÓS-COLONIALISTAS E A CRIAÇÃO DO OUTRO NA MODERNIDADE

2.1 A virada teórica pós-positivista

A partir da segunda metade do século XX as transformações do cenário político mundial levaram ao surgimento de novos movimentos filosóficos que começaram a questionar a suficiência das teorias positivistas para explicar as realidades sociais. Estes movimentos interrogavam a epistemologia positivista e a sua perspectiva objetiva da realidade social que defende uma postura imparcial e racional do pesquisador, na qual, através da validação empírica, se produziria verdades científicas concretas e absolutas. Para Cole, “This yearning originates from the need to be able to work within an aesthetically pleasing, parsimonious discipline; rather than having to contend with paradoxical, ambiguous and uncertain realities”³¹ (COLE, 2013, p. 01). A grande questão criticada acerca das teorias positivistas é que elas produzem discursos científicos que se apresentam como verdades neutras e naturais, limitando o surgimento de diferentes alternativas de produção científica, e, assim, produzindo relações de dominação social (NOGUEIRA & MESSARI, 2005; COLE, 2013).

Apesar de todas as suas diferenças, os teóricos críticos, pós-modernistas, pós-estruturalistas, entre outros vieram “to challenge the parsimony of modern discourse seeking to deconstruct and transcend what it perceives to be the arbitrary foundations for knowledge”³² (COLE, 2013, p. 01). Nasceu assim, à busca pela renovação de paradigmas e a superação das “limitações que as teorias dominantes impunham à compreensão das transformações na política mundial e a sua visão ortodoxa sobre o que é conhecimento e como ele deve ser produzido” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 187). Para os teóricos destas novas correntes a falsa percepção de que o objetivo do conhecimento é simplesmente descrever os fenômenos que vivenciamos, levou a construção de dogmas absolutos que tinham consequências práticas na medida em que eram capazes de legitimar posições de poder que refletem estruturas de dominação (CASTRO, 2005; NOGUEIRA & MESSARI, 2005; COLE, 2013).

³¹ Tradução livre da citação: “Este desejo tem origem na necessidade de ser capaz de funcionar dentro de uma disciplina esteticamente agradável, parcimoniosa; ao invés de ter que lidar com realidades paradoxais, ambíguas e incertas”.

³² Tradução livre da citação: “para desafiar a parcimônia do discurso moderno procurando desconstruir e transcender o que percebe ser as bases arbitrarias para o conhecimento”.

Desencadeia-se um processo de crítica literária e desconstrução através de uma produção mais diversa, que reconhece a multiplicidade da experiência humana e suas interpretações, afirmando que toda teoria é “formulada a partir de uma visão de mundo baseada em valores” (NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p. 193). Reconhece-se que as diversas realidades sociais são histórica e culturalmente moldadas, sempre constituídas de processos flexíveis e multáveis, influenciando e sendo influenciadas pelos processos de conhecimento. Da mesma forma, os construtores de conhecimento influenciam e são influenciados pelas estruturas culturais, sociais e contextos históricos. Assim, para os pós-modernistas, não há separação ou imparcialidade, nem mesmo uma verdade ontológica e epistemológica pura nos estudos sociais, mas sim, um diálogo contínuo e não-totalizante (NOGUEIRA & MESSARI, 2005; COLE, 2013).

Não existe um lugar que esteja “acima” de todo outro lugar e que nos permita uma perspectiva ampla e total da realidade. Todo olhar é situado, toda teoria é uma perspectiva entre tantas. Não há neutralidade possível, não há um sujeito que, destacado do objeto que observa, seja capaz de produzir um conhecimento que “reflita”, sem distorções, esse mesmo objeto (NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p. 193).

Uma das maiores influências para estes teóricos são os trabalhos de Michael Foucault³³. Em suas obras, ele destaca a conexão entre poder e saber, e como o conhecimento não é uma mera forma de explicar ou refletir a realidade, mas um artifício para legitimar a autoridade política e as diversas estruturas de poder. Nogueira e Messari (2005), destacam a pesquisa de Foucault sobre a origem das formas de dominação, e como, durante a história da modernidade “o nexa poder/conhecimento produziu sujeitos que internalizaram as normas e os códigos morais que os tornaram indivíduos socialmente funcionais” (NOGUEIRA& MESSARI, 2005, p. 195). Castro-Gómez (2005), afirma esta mesma percepção na atualidade quando – utilizando a citação de Habermas sobre o “projeto da modernidade”³⁴ – busca mostrar a gênese dos fenômenos sociais relacionados à criação do Estado-nação e como “as ciências sociais se transformaram numa peça fundamental para este projeto de organização e controle da vida humana” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 88).

³³ Michel Foucault nas obras *A Ordem do Discurso* e *Microfísica do Poder* expõe a relação entre o saber e o poder nas relações sociais, bem como teoriza a cerca das amarras sociais desenvolvidas nessa interação.

³⁴ "O projeto da modernidade, formulado pelos filósofos do iluminismo no século 18, consiste em desenvolver, de maneira imperturbável, as ciências objetivas, a base universalista da moral e do direito, e a arte autônoma, respeitando as respectivas lógicas. Ao mesmo tempo insiste em revelar os potenciais cognitivos, que vão se acumulando, liberando-as de suas formas esotéricas, para utilizá-las na praxis, ou seja, para uma estruturação racional das condições de vida". (Habermas, 1984, p. 453).

O poder produz saber; poder e saber estão diretamente implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber; também não há saber sem que haja ou se constituam, ao mesmo tempo, relações de poder. Temos antes que admitir que o poder produz saber (...); que poder e saber estão diretamente implicados (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Para Foucault, o discurso é uma forma de poder, uma força capaz de “sujeitar as pessoas e de canalizar as emoções e razões”³⁵. Por isso não podemos separar o mundo das ideias da realidade material, a construção do conhecimento é moldada pela sua época, pelos pensamentos e condições de mundo vivenciadas. “Foucault está direcionando o conhecimento para o fato das relações, do sujeito e suas interações”³⁶, sempre evidenciando que a construção do saber é legitimada de acordo com o interesse daquele(s) que o legitima. Desta forma, faz-se necessário uma análise histórica, na qual reflita-se as condições nas quais as estruturas de conhecimento foram concebidas, não com o propósito de se erradicar as estruturas de poder – o que ele acha impossível – mas, para “evidenciar os processos que permitiram a constante reprodução de formas de dominação ao longo da história moderna, sob a aparência [...] de uma trajetória de descoberta progressiva da verdade” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 195).

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas (FOUCAULT, 2009, p.224).

Outro filósofo muito influente entre os pós-positivistas é Jacques Derrida. Ele concentra seus esforços na análise e desconstrução dos textos e discursos, os quais considera estruturas criadoras de sistemas de significados e valores que determinam e influenciam os contextos sociais e a estruturas de dominação. Para Derrida, “Não há nada fora do texto”, a realidade é compreendida e moldada dentro da prática textual (NOGUEIRA & MESSARI, 2005; GOULART, 2003). Por isso, haveria uma necessidade de entender e identificar a realidade descrita nas construções textuais como uma interpretação tendenciosa e opaca dos acontecimentos, cheias de valores e orientações políticas e culturais. Estes significados e

³⁵ Café com Sociologia - O poder em Foucault: breves apontamentos - *Por Bianca Wild*

³⁶Idem

representações “adquirem valor estratégico na realidade social da pós-modernidade, uma vez que são eles que realizam toda mediação entre os atores sociais e o real, determinando o que é possível e legítimo, e o que é irracional” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 206).

Fazer justiça a essa necessidade significa reconhecer que, em uma oposição filosófica clássica, nós não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um face a face, mas com uma hierarquia violenta. Um dos dois termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto. Desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia (DERRIDA, 2001, p.48).

Derrida dá à linguagem a posição principal, não especificamente pela sua relação com aquilo que ela nomeia, mas sim, o decorrente sistema de diferenças que ela produz. É sobre esta lógica que ele condena o sistema de relações binárias estabelecida pela filosofia ocidental.

Tais relações acabavam promovendo os fundamentos com que se procurava estabelecer a identidade e definir a verdade[...] Não havia como possibilitar o surgimento da diversidade que a linguagem sempre propiciou porque uma coisa ou era verdadeira ou era falsa; algo só poderia ser positivo ou negativo e, assim, por diante (GOULART, 2003, p. 05).

Diante desta perspectiva, ele introduz um diálogo crítico, um processo de desconstrução³⁷ do texto, com o intuito de trazer para superfície aquilo que está “encoberto”, desmanchando assim, a ideia da “expressão única da verdade” e legitimando outras vozes e outras interpretações antes sufocadas. “Essa importância da metafísica na tradição cultural do Ocidente acarreta em valores tidos como universais, impondo verdades que, no fundo, segundo Derrida, nada mais são que construções arbitrárias de preconceitos e de pressuposições” (GOULART, 2003, p. 11). Esta nova dinâmica na produção científica iniciou o processo de quebra do sistema eurocêntrico. Apesar desta transição esta acontecendo de forma lenta, novas vozes e novas interpretações da realidade vêm ganhando destaque e força emancipatória. Como aponta o tema do próximo tópico.

³⁷ O processo de desconstrução em Derrida tem como objetivo desmontar certos discursos filosóficos, a fim de mostrar os espaços, os lapsos, ou seja, uma infinidade de outros discursos que se escondem por detrás da pretensa unidade de um texto, acreditando que há uma necessidade de se olhar tanto o não-dito como aquilo que está expressamente dito em um texto, pois aquilo que está excluído, recalcado, reprimido, violentado em um texto constitui uma peça tão valiosa à análise filosófica como aquilo que se expressa positivamente.

2.2 Principais percepções sobre os estudos pós-colonialistas

O pós-colonialismo, segundo Hall (2013), é um discurso pós-estruturalista, com uma explícita razão ética e um forte posicionamento sócio-político. Seu desdobramento teórico não consiste em uma ruptura cronológica com o fato histórico da colonização, ao contrário, ele denuncia a persistência das relações de poder entre ex-metrópoles e ex-colônias em novas conjunturas. “Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do ‘alto’ período colonial persistem [...] contudo, essas relações estão resumidas em uma nova configuração” (HALL, 2013, p. 62). A relação entre estes dois polos – leia-se o Ocidente e o resto do mundo – atualmente não acontece de forma direta, através do domínio territorial de certas regiões por potências imperiais, mas através de seus efeitos secundários (SAID, 1995; HALL; 2013).

Os autores pós-colonialistas dão grande ênfase as ideologias e a “bagagem política, conceitual e epistemológica” deixada pela narração historicista da época colonial (HALL, 2013). Edward Said afirma repetidamente que “as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas” (SAID, 1995, p. 32). A posição hegemônica da Europa durante os séculos de colonização deram a este continente uma posição privilegiada na construção acadêmica e na propagação de uma consciência ideológica voltada para sua superioridade social, cultural e racial. Criando um “intercâmbio desigual” e uma consciência moderna cultural, político-intelectual guiada pelo eurocentrismo³⁸ (SAID, 1995; HALL; 2013).

A maior parte dos discursos desenvolvidos durante o período colonial e imperial teve como base o Darwinismo social e a revolução newtoniana³⁹, que – de forma simplificada – classificaram as sociedades humanas por estágio de evolução, onde características biológicas e sociais determinavam a superioridade de uma sociedade, ou sua inferioridade. As sociedades europeias consideravam a si mesmas adiantadas, por já terem passado pela revolução científica, e, assim, se sentiam no dever de “guiar” as outras sociedades ao mesmo

³⁸O Eurocentrismo é uma visão de mundo que tende a colocar a Europa (assim como sua cultura, seu povo, suas línguas, etc.) como o elemento fundamental na constituição da sociedade moderna, sendo necessariamente a protagonista da história do homem. Resumidamente, trata-se da ideia de que a Europa é o centro da cultura do mundo.

³⁹*Darwinismo social* - As noções trabalhadas por Darwin acabaram não se restringindo ao campo das ciências biológicas. Pensadores sociais começaram a transferir os conceitos de evolução e adaptação para a compreensão das civilizações e demais práticas sociais. A partir de então o chamado “darwinismo social” nasceu desenvolvendo a ideia de que algumas sociedades e civilizações eram dotadas de valores que as colocavam em condição superior às demais. *Revolução newtoniana* – Estava atrelada a aquelas sociedades que já haviam passado pela revolução científica e industrial, ou seja, sociedades mais avançadas.

nível de “civilidade”. Desta forma, o colonialismo e o imperialismo legitimavam as relações hegemônicas através da hierarquização das diferenças, onde a definição e a marginalização do “outro” consolida o próprio status do sujeito europeu (SPIVAK, 2010; SAID, 1995; HALL, 2013; BHABHA, 1994).

A expansão imperialista europeia teve que ser apresentada em termos de uma função civilizadora, modernizadora universal etc. As resistências a outras culturas foram [...] apresentadas não como lutas entre culturas e identidades particulares, mas como parte de uma luta abrangente e que faz época entre o universalismo e os particularismos (LACLAU *apud* HALL, 2013, p. 95).

A universalização e a naturalização da “subalternidade”⁴⁰ se tornou o molde das relações sociais na modernidade. O eurocentrismo dominou a produção literária e científica, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, produzindo e reproduzindo o *status quo* que o legitima e o estabelece como único discurso científico verdadeiro e absoluto (SPIVAK, 2010; SAID, 1995; HALL, 2013). Há duas grandes questões intensivamente debatidas pelos autores pós-colonialista acerca desta dominação da produção científica pelo homem europeu; a primeira encontra-se na fundamentação do eurocentrismo como único conhecimento válido, desabilitando qualquer voz ao colonizado. Em *Pode o Subalterno Falar?* Spivak ressalta que a revisão epistêmica da construção do sujeito colonial como outro “não se trata de uma descrição de como as coisas realmente eram [...] ao contrário, é de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas” (SPIVAK, 2010, p. 48). O conhecimento científico deve ser produzido de forma múltipla, reivindicando várias perspectivas e interpretações da realidade. O estabelecimento de um único conhecimento como verdadeiro e absoluto é uma forma de dominação e subjugação de culturas, povos e sociedades.

Said expressa esse “intercâmbio unilateral” e autonomia do conhecimento nos seus estudos sobre o Orientalismo:

O Oriente e os orientais são considerados pelo orientalismo um “objeto” de estudo, carimbado com uma alteridade [...] Esse “objeto” de estudo será, como de costume, passivo, não participativo, dotado de uma subjetividade “histórica” e, acima de tudo, não ativo, não autônomo, não soberano em relação a si mesmo: o único oriente, oriental ou “sujeito” que poderia ser admitido, no limite extremo, é o ser alienado filosoficamente, isto é, diferente de si mesmo em relação

⁴⁰ Os subalternos são vistos como grupos marginalizados, com ausência de voz ou representatividade, em decorrência de seus status sociais. O termo começou a ser usado como referência para povos colonizados. Para Gayatri Spivak¹ (2004) o uso do termo subalterno não é apenas um sinônimo para oprimidos ou para os “outros”. Os subalternos são sujeitos e grupos sem autonomia, submetido a outro grupo social, não possuindo posição própria legítima e se afastando de uma posição hegemônica.

a si mesmo, proposto, compreendido, definido – e representado – por outros (SAID, 1995, p. 146).

Este “monopólio” do conhecimento tanto se dava pela posição hegemônica e de dominação em relação aos países colonizados, como, ao mesmo tempo, fortalecia esta posição de poder. Este discurso eurocentrista é permeado de interesses e produzido em um contexto de intercâmbio desigual, o qual permitia “qualquer generalidade ganhar foros de verdade; qualquer lista especulativa de atributos orientais acabar por se aplicar ao comportamento dos orientais no mundo real” (SAID, 1995, p.85). Esta inquestionável interpretação do indivíduo e do mundo ao seu redor, e a ausência de outra e qualquer perspectiva paralela ou divergente nos leva ao segundo ponto trabalhado pelos pós-colonialistas (SPIVAK, 2010; SAID, 1995; HALL, 2013).

A segunda questão encontra-se no fato de que as interpretações equivocadas conduziram a construção tanto do Ocidente quanto do resto do mundo de forma muitas vezes fictícia, baseada em construções discursivas imaginárias. Spivak (2010), intitula este processo de “violência epistêmica”, onde o intelectual é cúmplice na persistente construção do outro como a sombra do eu. O desenvolvimento das ciências sócias desde o século XVII até a primeira metade do século XX sustentaram ideologias essencialistas de um imaginário colonial, onde “conceitos binários tais como barbárie e civilização, tradição e modernidade, mito e ciência, infância e maturidade, entre tantos outros, permearam completamente os modelos analíticos das ciências sociais” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.91). A imagem do “outro” colonial sempre foi permeada por uma “prática textual radical de diferenças” (SPIVAK, 2010, p.59). A preservação destes discursos e modelos que se baseiam na extrema diferença entre o sujeito ocidental e o não-ocidental legitimam a posição de superioridade e dominação da Europa sobre o resto do mundo.

2.3 O Pós-colonialismo e a criação do outro

A identidade social na visão dos pós-modernistas não se trata de algo essencial ou permanente, ao contrário, eles defendem que tal é formada e transformada através das relações humanas e da maneira pela qual o sujeito é representado ou interpretado nos sistemas culturais ao seu redor (HALL, 2006). Esta construção identitária é marcada pelas relações sociais e definida historicamente através de estruturas de poder. Dentro desta perspectiva, a identidade social é estabelecida e reconhecida através da alteridade, ou como Derrida (2001)

coloca, através da lógica da *différance*⁴¹. O sujeito define a si mesmo, ao mesmo tempo em que, em um determinado contexto e induzido por inúmeros simbolismos e valores afirma seletivamente o outro (HALL, 2013, 2006; SPIVAK, 2010).

Uma identidade cultural particular não pode ser definida apenas por sua presença positiva e conteúdo. Todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites – definindo o que são em relação ao que não são (HALL, 2013, p. 94).

A percepção de que a formação do sujeito acontece de forma sociológica, ou seja, na interação entre o eu e as relações sociais foi extensamente trabalhada por Lacan. Para ele, antes de tudo, o sujeito constitui-se inicialmente em um lugar vazio, dependendo de um significado, conceito ou sentido que o caracterize. Esta constituição de significação surge através da relação com outros significantes (BLEICHMAR & BLEICHMAR, 1992; BARROSO, 2012). Para exemplificar esta troca, Lacan utiliza a reflexão hegeliana na “Dialética do Senhor e do Escravo”⁴². Hegel argumenta como a dependência da relação mútua – sem escravo não há senhor, e sem senhor, não há escravo – constitui a formação da identidade. “O olhar do outro produz em mim minha identidade, por reflexo. Através dele, sei quem sou e, nesse jogo narcisista, me constituo a partir de fora” (BLEICHMAR & BLEICHMAR, 1992, p. 06).

Estas significações que delineiam a formação identitária do sujeito esta baseada na linguagem. Assim, “tudo o que decorre de nós estaria na dependência do discurso do Outro” (NÁPOLI, 2012, p. 4). O homem esta inserido em um universo linguístico, e a única forma de caracterizar e substanciar o sujeito é através dos significantes da linguagem. Para Lacan, “entre significado e significante existe um equilíbrio impossível de romper: um não existe sem o outro”. O significado sem significante é impensável, indizível e inexistente, já o significante pode existir sem o significado – como alguma coisa que ainda não foi descoberta pelo homem, por exemplo -, no entanto ele só ganhará sentido quando for nomeado e caracterizado, ou seja, ganhar um significado (BLEICHMAR & BLEICHMAR, 1992).

Inicialmente lugares vazios, nós, enquanto sujeitos, vamos adquirindo substância – uma substância sempre provisória e evanescente, diga-se

⁴¹ *Différance* caracteriza um sistema em que cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere aos outros conceitos [ou significados], através de um jogo sistemático de diferenças. Não se trata porém, de uma forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente o outro. É uma onda de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposição binárias fixas (Derrida, 1972).

⁴² A célebre metáfora do senhor e do escravo, tão popularizada em nossa tradição ocidental, foi criada por Hegel, e utilizada por muitos pensadores no século XX. Ela aparece, em seu primeiro momento, na obra *Fenomenologia do espírito* datada de 1807.

de passagem – ao sermos preenchidos com as significações vindas do campo do Outro, constituindo-nos como meros efeitos da cadeia de significantes (NÁPOLI, 2012, p. 04).

Complementando esta percepção, o princípio da alteridade nos traz essa mesma construção identitária baseada no outro, no entanto, não a relaciona com a dependência e o aprisionamento dentro de um sistema simbólico linguístico, como faz Lacan, mas sim, na contraposição da diferença. Deste modo, a afirmação do eu é condicionada pela negação de tudo aquilo que não é eu. O pré-requisito para identificar-se como ser no mundo é a consciência da existência do outro. “O ser Para-si só é Para-si através do outro” (SARTRE *apud* MOREIRA, 2013, p. 01). Este sistema de diferenciação constitui as relações sociais, onde, segundo Derrida (1972), o outro consolida no indivíduo o seu próprio status de sujeito (MOREIRA, 2013; SPIVAK, 2010; DERRIDA, 2001).

Para os pós-colonialistas, a representação social do eu e do outro é delineada pela interação entre o particular e o coletivo. Os indivíduos são formados subjetivamente através das relações sociais, e, da mesma forma, as estruturas e os sistemas sociais são definidos pela atuação do indivíduo (HALL, 2006). A questão identitária se encontra no cerne da discussão pós-colonialista, sua atenção rodeia tanto o colonizador como o colonizado traçando um problema identitário complexo e historicamente construído. Por isso, Hall (2013), afirma que o pós-colonialismo é um culturalismo⁴³ no qual o mundo não pode ser explicado fora do sujeito (HALL, 2013, 2006).

É importante ressaltar que estes perfis de subjetividade e estas estruturas sociais não se entrelaçam e interagem livremente, eles estão atados a redes de poder que determinam a hegemonia etnocultural e as epistemologias prevalecentes (MATA, 2014). No período colonial, a relação entre a Europa e o resto do mundo era uma relação de poder e dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa. Os discursos científicos que proliferavam a diferença cultural e legitimavam a espoliação colonial mantinham laços muito próximos com as instituições do poder político e socioeconômico. O eurocentrismo alcançou uma posição de superioridade através de um intercâmbio desigual com vários tipos de poder – político, intelectual, moral e cultural (SAID, 1995; SPIVAK, 2010; HALL, 2013).

A produção acadêmica no período colonial foi concentrada maciçamente no continente europeu. Os discursos produzidos eram canais de justificação do processo colonizador quando

⁴³ Para Hall, a vertente culturalista dos Estudos Culturais se baseia na perspectiva de que “na experiência todas as práticas se entrecruzam; dentro da cultura todas as práticas interagem - ainda que de forma desigual e mutuamente determinantes”. A parti disto, toda a análise histórica, estrutural, do ponto de vista de como elas são vividas, são analisadas e caracterizadas como culturalistas.

marginalizavam e reduziam os outros povos a barbáries e selvageria, que precisavam da “benevolência” europeia para alcançarem o status de povos “civilizados” (SAID, 1995). Este processo forjado e justificado pela alteridade produziu um outro – não europeu – passivo, incivilizado, submisso e atrasado. Esta caricatura ideológica ultrapassou o período colonial, ditando a percepção contemporânea sobre o outro. Os árabes violentos e terroristas, os pérfidos chineses, os indianos seminus, os latinos preguiçosos, os negros hipersexualizados (SAID, 1995; HALL, 2013).

Um ocidental branco de classe media acredita ser sua prerrogativa humana não só administrar o mundo não branco, mas também possuí-lo, só porque por definição “este mundo” não é tão humano quanto “nós” somos. Não há exemplo mais puro do pensamento desumanizado (SAID, 1995, P.160 e 161).

O grande problema dessa herança ideológica do outro colonial não está na alteridade em si, mas na caracterização inferior desse outro que permitiu a naturalização da subalternidade, da exclusão e do status periférico. O afastamento do outro a partir da *segregare* – latim que significa separar do rebanho – vem sendo um sintoma social, segundo Koltai (1998), desde o século XVI, baseado na negação, ou seja, na não participação, na ausência de representação e na invisibilidade das culturas historicamente relevadas à condição de subalternas (SPIVAK, 2010; CASTRO-GÓMEZ, 2005; SAID, 1995).

2.4 O processo migratório e o Pós-colonialismo na contemporaneidade

O arcabouço teórico e ideológico do período colonial define condutas e permeia a mente popular até os dias atuais. Isto se dá, principalmente porque tais conceitos e atribuições identitárias ainda corroboram estruturas de poder culturais, políticas e econômicas. A percepção colonial do sujeito sustenta o “projeto da modernidade” e legitima a hegemonia ocidental sobre o resto do mundo. Este sistema alimenta e perpetua as questões identitárias constituídas no período colonial e imperial. O vínculo entre a modernidade e o colonialismo se desdobra através das relações desiguais entre os Estados-nação (dominação geopolítica), no capitalismo global (exploração econômica) e na divisão internacional do trabalho (exploração trabalhista dos povos “subalternos”) (HALL, 2013; CASTRO-GÓMEZ, 2005, SPIVAK, 2010).

A divisão geopolítica fez da nacionalidade um fator tão importante quanto à etnia e a raça. O título de cidadão – portador de direitos – esta diretamente ligada à identidade cultural, que é estatalmente coordenada dentro dos limites das fronteiras dos países (CASTRO-GÓMEZ, 2005; HALL, 2013). A estrutura do Estado-nação corrobora a prática da segregação

no âmbito internacional. Uma sociedade nacional, racialmente e etnicamente homogênea que compartilha os mesmos valores tradicionais é o ideário de muitos países para se alcançar a coesão social. “One strategy of the British government for avoiding racial conflict was to simultaneously restrict non-white immigration, assuming that the very presence of non-white people would be a source of conflict”⁴⁴ (MILES & PHIZACKLEA apud ANI, 1994, p. 57). Este processo de segregação, além de não promover o efeito esperado, viola direitos fundamentais e instiga o racismo e a xenofobia. (RICHMOND, 1993; IANNI, 1996)

No entanto, como coloca Hall (2013), “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2013, p. 39). O processo globalizante, o fácil acesso aos meios de transportes e tecnologias de informação potencializou essa “desterritorialização cultural”, especialmente através do crescimento do processo migratório. O controle do movimento humano através de políticas e aparatos estatais tem se provado um modelo no mínimo ineficiente, que não condiz com a realidade social humana. O movimento migratório não parou, nem diminuiu por causa do endurecimento das leis e fechamento de fronteiras. Desta forma, a diáspora subverte os modelos culturais tradicionais orientados para a nação (IANNI, 1996; HALL, 2013).

Na época colonial, os fluxos migratórios aconteciam primordialmente das metrópoles para as colônias, dados mostram que este fluxo chegou a alcançar 59 milhões de pessoas entre 1846 e 1939, provavelmente o maior em toda a história (CASTLES *et al*, 2014). A partir do final dos anos de 1980 este processo migratório começou a se reverter. Este novo “aparecimento extemporâneo das margens no centro [...] tornou-se uma força disruptiva dentro da instituição política e social dos Estados e sociedades ocidentais” (HALL, 2013, p. 68). A diversidade racial e cultural desencadeada por este processo gerou questionamento acerca do discurso de uma identidade nacional homogênea, e, conseqüentemente, trouxe para superfície as desigualdades, divergências e tensões que alimentam os preconceitos, as intolerâncias, as xenofobias, os etnicismos e os racismos (HALL, 2013; IANNI, 1996).

As migrações transnacionais provocam reações particularmente fortes, em geral preconceituosas ou mesmo agressivas, nos países mais ricos ou dominantes [...] Estes, apelam às tradições nacionais, aos valores morais, às identidades ou aos fundamentalismos culturais, para barrar, tutelar, submeter, controlar ou expulsar asiáticos, eslavos, árabes, africanos, caribenhos e outros (IANNI, 1996, p. 04).

⁴⁴ Tradução livre da citação: “Uma estratégia do governo britânico para evitar o conflito racial era restringir simultaneamente a imigração não-branca, assumindo que a simples presença de pessoas não-brancas seria uma fonte de conflito”.

As sociedades multiculturais, ou seja, aquelas “nas quais diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original” (HALL, 2013, p. 57) enfrentam problemas de governabilidade e integração social gerados pela diversidade e multiplicidade cultural. Esta interação, apesar de conflituosa tem permitido a perturbação do *status quo* social e proporcionado o surgimento de novos discursos que torna visível uma camada da sociedade “que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico” (FOUCAULT apud SPIVAK, 2010, p. 61).

Tomando como exemplo a sociedade britânica – que foi o maior império em extensão de terras descontínuas do mundo, ocupando em seu auge quase um quarto da área total da terra – Hall (2013) descreve o resultado da diáspora, que trouxe o multiculturalismo das margens para o centro da metrópole ocidental.

Inicialmente, Hall (2013), analisa que a história britânica pressupõe um discurso cultural nacional de homogeneidade e unificação. Esta é uma visão altamente simplista de uma sociedade que vivenciou e promoveu invasões, dominações e conquistas ao longo da sua história. “A tão proclamada homogeneidade da “britanidade” enquanto cultura nacional tem sido consideravelmente exagerada” (HALL, 2013, p. 69). No entanto, sua experiência imperial e contínua relação com diferentes culturas reintegrou e solidificou o discurso da homogeneidade britânica, onde, o outro – “situado no âmago da colonização”– tornou-se o elemento (oposto) constitutivo da identidade britânica.

O fluxo de imigrantes vindos principalmente das ex-colônias britânicas encontrou em solo inglês a reconfiguração do sistema colonial através dos processos de exclusão social, do racismo informal e institucionalizado e a não/ou diferenciada participação nas políticas públicas. Este processo fez com que a maioria dos imigrantes “se concentrassem na extremidade inferior do espectro social de privação, caracterizada por altos níveis relativos de pobreza, desemprego e insucesso educacional” (HALL, 2013. p. 71). Tais condições desencadearam um relacionamento culturalmente e socialmente conflituoso entre as chamadas “minorias étnicas” e a sociedade britânica majoritária, levando a segregação e a formação de pequenas comunidades culturais. As características que expressam as diferenças raciais e étnicas – traços físicos, hábitos culturais e religiosos – são, normalmente, alvo de um discurso inferiorizante e de um sistema socioeconômico explorador e excludente (HALL, 2013).

O contato com diferentes grupos no interior das sociedades multiculturais desencadeou uma crise nacional identitária expressa constantemente nos discursos populares, políticos e acadêmicos, resultando em uma maior visibilidade e importância das comunidades étnicas. Este processo permite o questionamento da homogeneidade da cultura nacional. A interação entre as minorias étnicas e a população majoritária não produz uma completa assimilação nem uma completa alienação, mas sim, uma constante tradução cultural que nunca se finaliza. “Todos negociam culturalmente em algum ponto do espectro da *différance*, onde as disjunções de tempo, geração, espacialização e disseminação se recusam a ser nitidamente alinhadas” (HALL, 2013, p. 85).

Nesses termos, então, o perito contador asiático, de terno e gravata [...] manda seus filhos para a escola particular e lê *Seleções* e o *Bhagavad-Gita*; ou o adolescente negro que é um DJ de um salão de baile, toca *junglemusic* mas torce para o Manchester United; ou o aluno mulçumano que usa calça jeans larga, em estilo *hip-hop*, de rua, mas nunca falta às orações da sexta-feira, são todos, de formas distintas “hibridizados”⁴⁵ (HALL, 2013, p. 84 e 85).

Estas relações sociais são fortemente marcadas por elementos atuais e históricos, que são continuamente acoplados, modificados, reconstruídos, minimizados ou exacerbados. As interações dos grupos migratórios com a população local têm sido um processo difícil e complexo, principalmente quando tratamos de imigrações dos países em desenvolvimento em direção aos países desenvolvidos. A busca por direitos, inclusão social e representatividade dos novos habitantes mexe com as questões identitárias e desafia as estruturas e ideologias hegemônicas da inferioridade biológica e cultural do não-ocidental (HALL, 2013; IANNI, 1996). Este processo desencadeia uma consciência étnica mais forte – em ambos os lados – que acentuam as tensões raciais e culturais e promovem a intolerância e a xenofobia. “Nada irrita mais do que a intenção do outro de sair do jogo, pois tropeça no que sou” (BLEICHMAR & BLEICHMAR, 1992, p. 05).

⁴⁵ Hibridismo significa um “momento ambíguo e ansioso de... transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo... [Ele] insiste em exibir... as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem traduzidos, mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência” (Bhabha, 1997).

CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO – OPINIÃO PÚBLICA E REFÚGIO NO REINO UNIDO A ATUAL CRISE MIGRATÓRIA

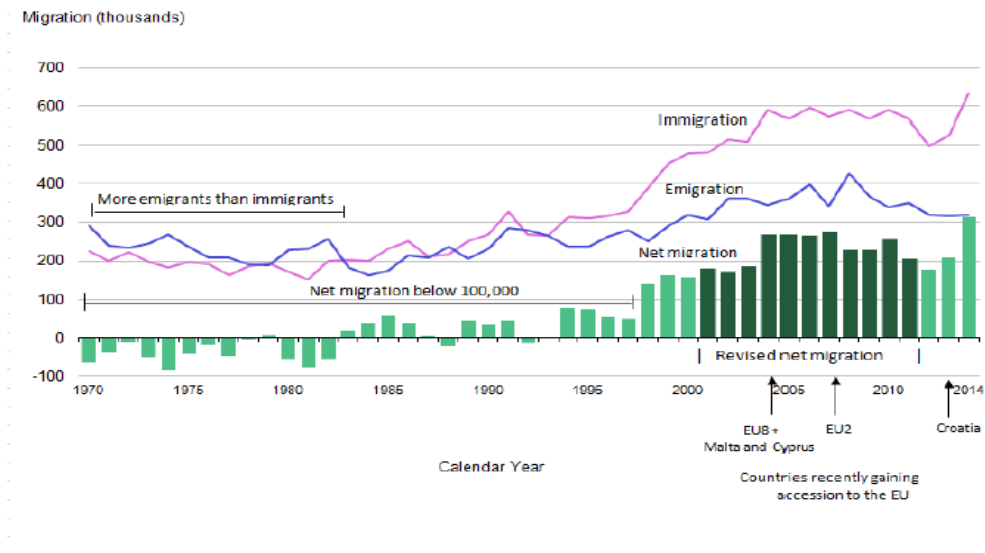
3.1 Migrações e refúgio no Reino Unido

Neste último capítulo, analisaremos a participação da Grã-Bretanha na crise migratória atual desencadeada após a Primavera Árabe e intensificada especialmente pela guerra civil na Síria que está no seu quinto ano de conflito. Há três perguntas principais que queremos responder neste capítulo: Qual tem sido a real participação do Estado Britânico no acolhimento aos refugiados? Qual é a opinião pública em relação ao asilo? E como as percepções históricas e as ideologias desenvolvidas durante o colonialismo têm influenciado a opinião pública e o posicionamento político deste país? Utilizaremos este primeiro momento para descrever o atual cenário migratório na Grã-Bretanha, a fim de proporcionarmos uma contextualização social acerca do tema para basearmos nossa análise.

Historicamente, a Grã-Bretanha foi um país primordialmente emigratório, que só testemunhou a sua rede migratória se reverter tornando-se um país imigratório a partir dos anos 90 do século passado (CASTLES *et al*, 2014; CRAWLRY *et al*, 2013). Este processo permaneceu crescente, mas estável até 1997, onde a rede migratória permanecia abaixo de 100 mil pessoas por ano. A partir daí o movimento imigratório se acentuou, tendo quase dobrado na década seguinte, saindo de 315.000 pessoas em 1998 para quase 600.000 em 2006. Nos anos seguintes, os números permaneceram altos, mas estáveis, chegando a 2014 com 636.000 pessoas migrando para o país. Apesar de não ter havido uma significativa alteração no número de entradas de pessoas (cerca de 36.000), houve um aumento na rede migratória britânica em 2014, por causa do baixo fluxo de cidadãos britânicos indo para o exterior, como podemos observar no gráfico seguinte⁴⁶.

⁴⁶ Office for National Statistic - Migration Statistics Quarterly Report, November 2015

Figure 2: Long-Term International Migration, UK, 1970 to 2014 (annual totals)



Source: Long-term International Migration, International Passenger Survey (IPS) - Office for National Statistics

Dois pontos são necessários levar em consideração enquanto observamos o gráfico acima:

Primeiramente, precisamos trazer para o contexto a ampliação da União Europeia em 2004, e a consequente abertura do mercado laboral britânico para trabalhadores vindos dos países A8 – República Checa, Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Polônia, Eslováquia e Eslovênia – incluindo também Malta e Chipre. A população destes países representa uma significativa porção dos imigrantes em direção ao Reino Unido. Pesquisas mostram que a participação na rede de migração britânica atribuída a cidadãos destes países chega a 19% do total desde 2005. Considerando todos os países da União Europeia, esta porcentagem sobe para 42% do total de imigrantes em 2014 (VARGAS-SILVA & MARKAKI, 2015; CRAWLEY *et al*, 2013)⁴⁷.

Segundo, também precisamos levar em consideração que a taxa de natalidade da população britânica está diminuindo, consequentemente, apesar do significativo aumento da população migrante a partir dos anos 2000, a taxa de crescimento populacional continua estável. Em 2014, a população residente no Reino Unido teve uma taxa de crescimento de 0.77%, enquanto que a média de crescimento populacional da década de 90 alcançava 0.75%⁴⁸. Estes números mostram que o processo migratório na Grã-Bretanha, apesar de intenso na última década, não exerceu um forte impacto na taxa de crescimento populacional.

⁴⁷ Office for National Statistic - Migration Statistics Quarterly Report, November 2015

⁴⁸ Office for National Statistic – Annual Mid-year Population Estimates: 2014

No entanto, este novo equilíbrio entre taxa de natalidade e imigração vem transformando a sociedade britânica em uma sociedade mais diversa, multirracial e multicultural (SUNAK & RAJESWARAN, 2014).

3.1.1 População britânica por nacionalidade

Hoje, se estima que a população britânica esteja na casa dos 64.5 milhões de pessoas, distribuída em um território de 242,495 km² ⁴⁹. Há uma contínua tendência ao movimento de queda sobre a taxa de natalidade britânica, a qual, em 2014, ficou abaixo de 1,70 nascimentos por mulher⁵⁰. Assim, o aumento populacional em 2014, foi impulsionado principalmente pela imigração internacional, respondendo por 53% da variação populacional, já a mudança natural – o saldo de nascimentos menos mortes – representaram 46%. As maiores populações migrantes no Reino Unido em 2014 eram compostas (em ordem de tamanho) por: indianos com 793.000, poloneses com 790.000, paquistaneses com 523.000, irlandeses com 383.000 e alemães com 301.000⁵¹.

Além do impacto direto, a migração também tem um impacto indireto no que diz respeito à natalidade. As estatísticas mostram que 25% das crianças nascidas vivas no Reino Unido são de mães vindas de fora do território britânico⁵². Enquanto que a população branca permaneceu aproximadamente do mesmo tamanho, as minorias étnicas no país praticamente dobraram de tamanho nos últimos dez anos, chegando a cerca de 8 milhões de pessoas em 2014, o que representa 14% da população total (SUNAK & RAJESWARAN, 2014).

As cinco maiores minorias étnicas no Reino Unido em 2014 (em ordem de tamanho) são: indianos com 1.412.958, paquistaneses com 1.124.511, negros africanos 989.628, negros caribenhos com 594.825 e bengaleses com 447.201⁵³. As minorias representam principalmente o grupo jovem da população. De acordo com Sunak e Rajeswaran (2014), apenas 5% dos não-brancos têm mais de 60 anos de idade, enquanto que 25% deles são crianças menores de 5 anos. Com base nesses dados e na rede migratória é esperado que as minorias étnicas representem cerca de 30% da população britânica em 2030 (SUNAK & RAJESWARAN, 2014). Esta mudança social levanta questionamentos acerca do futuro da

⁴⁹ Office for National Statistic – Annual Mid-year Population Estimates: 2014

⁵⁰ Idem

⁵¹ Office for National Statistic – Population by Country of Birth and Nationality Report, August 2015

⁵² Office for National Statistic – Conceptions in England and Wales: 2014

⁵³ Office for National Statistic – Population by Country of Birth and Nationality Report, August 2015

identidade nacional britânica, colocando em cheque a homogeneidade e coesão social tão fortemente apregoada nos discursos nacionalistas modernos.

O fator contraditório que emerge desta questão, analisada por Sunak e Rajeswaran (2014), é que minorias étnicas são três vezes mais propensas do que a população branca a sentir que, ser britânico, forma parte de sua identidade. Em 2011, apenas 14% da população branca no país viam a si mesmos como britânicos, e 64% identificavam-se apenas como ingleses. Enquanto isso, 71% dos bengaleses, 63% dos paquistaneses e 55% dos negros caribenhos consideravam-se puramente britânicos. Esta população, especialmente na segunda e terceira geração, os quais 99% têm cidadania britânica, se envolvem na vida cívica de forma semelhante à população branca. Os fatores que normalmente levam à segregação étnica são as diferenças raciais, as questões culturais – principalmente fatores religiosos – e o status social – as minorias têm mais tendência a sofrer com o desemprego e menor acesso a educação – (SUNAK & RAJESWARAN, 2014).

3.1.2 Motivos migratórios

Indivíduos normalmente têm inúmeras razões para migrar, por isso, é muito difícil caracterizar migrantes baseado neste requisito. No entanto, pesquisas tentam trabalhar o tema principal que levou um indivíduo a migrar para o Reino Unido. Desta forma, estatísticas mostram que no ano de 2014, 45% dos que migraram, o fizeram por razões trabalhistas. Entre estes, 28% já tinha um trabalho definido antes de mudar e 17% foram à procura de trabalho. Razões trabalhistas é o motivo mais comum pelo qual as pessoas migram para a Grã-Bretanha, posição que era ocupada pelo intercâmbio estudantil até 2012. Os cidadãos dos países membros da União Europeia representam 58% dos migrantes em que o principal motivo é atrelado ao trabalho. Esta representação majoritária reflete o impacto das políticas governamentais que dão direitos privilegiados aos membros da União Europeia (VARGAS-SILVA & MARKAKI, 2015; CRAWLEY *et al*, 2013).

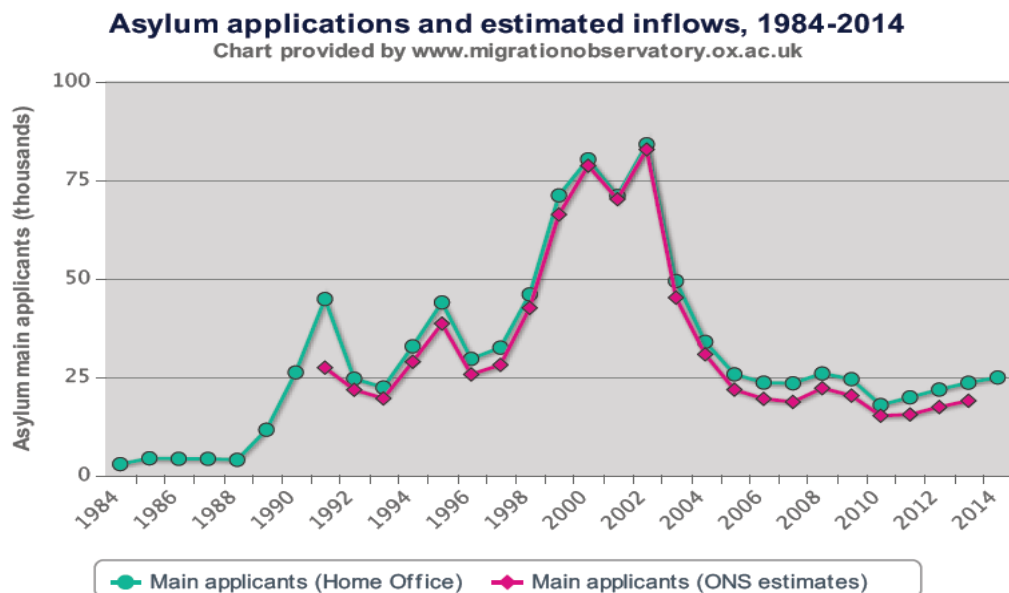
Migrantes que entram no país por razão de estudo representaram em 2014, 33% do total. Destes, 71% são cidadãos não-Europeus. As três nacionalidades com maior participação neste requisito são: chineses 33%; Americanos 6,6% e Indianos 5,1%⁵⁴. Os migrantes que adquirem visto de estudante são normalmente os que passam menos tempo em solo britânico, se estabelecendo por cerca de um a dois anos. O terceiro motivo mais declarado é a reunião familiar que representou 14% em 2014. Esta percentagem manteve-se relativamente estável ao longo dos últimos 10 anos, embora represente um declínio de um pico de 25% em 1994.

⁵⁴ Office for National Statistic - Migration Statistics Quarterly Report, November 2015

Pessoas que apresentaram outras razões representaram 8% do total – os refugiados estão dentro desta percentagem configurando 5% do total de pessoas que imigraram para o Reino Unido em 2014 (VARGAS-SILVA & MARKAKI, 2015; CRAWLEY *et al*, 2013).

3.1.3 População de refugiados no Reino Unido

Como já citado anteriormente, no Reino Unido os migrantes forçados representaram cerca de 5% da população total de migrantes em 2014, chegando a contabilizar 24.324 pessoas. A maioria deles veio da Eritreia (3.726), seguidos do Sudão (2.842), Iran (2.407) e Síria (2.402)⁵⁵. A migração forçada não consiste em um movimento natural, ela é desencadeada por processos sociais específicos como guerras e repressões políticas, por esta razão, este tipo de movimento não segue as mesmas tendências que a migração voluntária. Outro aspecto que pode influenciar o fluxo de refugiados, são as políticas públicas em relação ao recebimento destas pessoas. O gráfico a seguir, nos mostra uma estimativa da entrada de refugiados na Grã-Bretanha de 1984 a 2014. A primeira coisa que percebemos ao analisar o gráfico – especialmente se compararmos com o primeiro apresentado neste capítulo – é que o período imigratório mais forte no Reino Unido (2004 – 2010) representou, por outro lado, o período de menor entrada de requerentes de asilo. (BLINDER, 2015).



Source : ONS, Long-Term International Migration (LTIM). Home Office, Immigration Statistics table as.01

No início dos anos 90 o fluxo de refugiados aumentou exponencialmente por causa do fim da União Soviética, sua fragmentação em várias nações e os consequentes conflitos gerados, principalmente, a guerra civil na ex-Iugoslávia (CASTLES *et al*, 2014; CRAWLEY

⁵⁵ House of Commons – Asylum Statistics, Briefing paper n° SN01403, Setembro 2015

et al, 2013). Nesta época, as leis em relação ao refúgio eram mais favoráveis para aqueles que estavam fugindo de perseguições e guerras, embora o discurso político e midiático já tivesse um viés negativo. Como coloca Castles *et al* (2014), já existia a ideia de “crise migratória” e o medo “that floods of desperate migrants would swamp Western European welfare systems and drag down living standards”⁵⁶ (CASTLES *et al*, 2014, p. 115). No final da década de 1990 o número de requerentes de asilo passou de cerca de 25.000 em 1996, para mais de 84,000 em 2002, com um significativo número de requerentes vindos do Iraque, Irã e Afeganistão. Nesta fase, o governo britânico começou a endurecer suas leis de entrada de refugiados (BLINDER, 2015; CRAWLEY *et al*, 2013).

Entre 2001 e 2004, o primeiro ministro britânico Tony Blair focou intensivos esforços no tema do refúgio, o qual, só perdeu em importância na agenda governamental para questões sobre a guerra no Iraque. Apesar do sistema de asilo e proteção ao refugiado do Reino Unido operar de acordo com a convenção da ONU de 1951, um grande escopo de medidas foram tomadas para prevenir ou deter a chegada de solicitantes de asilo. Em caso de entrada no país, outras medidas também foram desenhadas para desestimular a permanência destas pessoas em território britânico. Restrições de acesso à assistência social, restrições ao acesso do sistema público de saúde e a falta de liberdade para se estabelecer em local de sua preferência e escolha, são algumas dessas medidas (GIBNEY, 2011).

Outra forte questão no Reino Unido, é o procedimento legal utilizado para determinar a legitimidade do status de refúgio. Muitos advogados e estudiosos da área criticam a baixa qualidade do processo, os quais normalmente estão fortemente atrelados a uma cultura de “não crença” no referente. Muitos oficiais pressupõem que os requerentes desejam abusar do sistema (GIBNEY, 2011). Não é a toa que em 2004, 88% dos pedidos de asilos foram negados em primeira instância. E, desde então, a porcentagem de recusa em decisões iniciais se encontra em torno de 60%⁵⁷. Outra questão está na limitação de acesso a direitos, enfrentada pelos requerentes enquanto seu pedido está em processo. A deliberação da decisão de primeira instância dura em torno de seis meses, se houver apelo, o tempo de espera pode chegar a um ano. Durante este período, os requerentes ficam proibidos de obter um emprego formal e de receberem assistência social. Eles podem ser rotineiramente detidos se seu pedido de asilo se mostrar fraco, ou se apresentarem algum indício ou tentativa de se esquivar do sistema e desaparecer dentro das comunidades (GIBNEY, 2011).

⁵⁶ Tradução livre da citação – inundações de pessoas desesperadas iria varrer o sistema de bem estar social da Europa Ocidental e afundar os padrões de vidas dos habitantes.

⁵⁷ House of Commons – Asylum Statistics, Briefing paper n° SN01403, Setembro 2015

It is perhaps no coincidence that a period of government anxiety over asylum numbers since the early 2000s has been accompanied by legislative and policy changes that have withdrawn in-country appeal rights for certain categories of applicant, reduced legal aid for the preparation of asylum cases, and introduced the fast-tracking of asylum claims deemed unlikely to succeed (GIBNEY apud GIBNEY, 2011, p. 03)⁵⁸.

Outra forte questão em relação à concessão de asilo é a preocupação em relação as relações terroristas, especialmente após o ataque de 11 Setembro e o crescente número de refugiados vindos de países do Oriente Médio e Norte da África. Os centros de detenções⁵⁹ também acabam por associar refugiados a criminalidade aumentando a antipatia da população e a hostilidade contra os refugiados. Esta postura negativa e a dificuldade na concessão do asilo por vias legais levam muitos refugiados a driblar o sistema formal e adentrar o país por vias ilegais. Por isso, muitos deles acabam figurando como migrante “indocumentado”. “If it is true that asylum seekers respond to incentives and disincentives, very punitive policies may have the effect of making life outside the state’s purview and control increasingly desirable”⁶⁰ (GIBNEY, 2001, p. 04).

3.1.4 População refugiada recebida pelo Reino Unido durante a crise atual

Ao final de 2014, a ACNUR havia contabilizado cerca de 59.5 milhões de pessoas que se deslocaram por causa de perseguições, guerras, conflitos e violência generalizada. Destes, a maior parte ainda continuam dentro do seu país de origem. Aqueles que ultrapassaram as fronteiras do Estado nacional contabilizaram cerca de 19.5 milhões de pessoas, dos quais, os sírios (principal foco da crise) representam 3.9 milhões. Apesar de não ser a maioria, os sírios representaram o maior quantitativo de novos refugiados nos últimos quatro anos, segundo a ACNUR, cerca de 3 mil sírios atravessaram sua fronteira nacional todos os dias por causa da guerra em 2014. Apesar da invisibilidade atual, os outros refugiados – 15.5 milhões – também

⁵⁸ Tradução livre da citação: Talvez não seja coincidência que o período de ansiedade do governo sobre os números de asilo desde o início da década de 2000 foi acompanhado por alterações legislativas e políticas que tenham retirado no país os direitos de recurso para determinadas categorias de requerente, reduzidos assistência jurídica para a preparação de casos de asilo, e introduzido um rastreamento rápido dos pedidos de asilo considerados improváveis de ter sucesso.

⁵⁹ Centro de detenções para migrantes se refere à prática dos governos de deter os requerentes de asilo e outros migrantes para fins administrativos, para determinar a sua identidade, para facilitar o pedido de asilo e / ou remoção. Os centros de detenção no Reino Unido representam um dos maiores da Europa. Cerca de 30.000 pessoas foram detidas só no ano de 2013, dentre estas, 228 eram crianças.

⁶⁰ Tradução livre da citação - Se é verdade que os requerentes de asilo respondem a incentivos e desincentivos, muita políticas punitivas podem ter o efeito de tornar a vida fora do alcance e controle do Estado cada vez mais desejável.

encontram grandes dificuldades para serem aceitos por outros países e reconstruírem suas vidas. A maior parte deles vive em precárias condições nos campos de refugiados a décadas⁶¹.

Observando estes números precisamos levar em consideração que dos 3.9 milhões de sírios em situação de refugio mais de 1 milhão se deslocaram para Turquia e mais de 1.1 milhão se encontravam no Líbano, 618.615 na Jordânia, 228.424 no Iraque e 137.504 no Egito. No final de 2014, 95% dos refugiados se concentravam em países fronteiriços. Apesar da forte reação dos países europeus, eles só foram responsáveis por receber 714.300 ⁶²mil refugiados em 2014, o que significa cerca de 3% do total. O Reino Unido recebeu no mesmo ano cerca de 4% do total de refugiados acolhidos por países europeus. Em relação ao total da população britânica, os refugiados representam menos de 0,4%⁶³.

A real participação do Estado britânico no acolhimento aos refugiados desde o início da crise tem sido mínima. Segundo David Miliband, o ex-ministro britânico das relações exteriores e atual diretor do International Rescue Committee (IRC), o governo britânico fracassou em tomar sua fatia justa dos refugiados fugindo da guerra na Síria e outros conflitos. A postura do governo tem sido de afastar-se do acolhimento e enrijecer sua postura em relação às políticas fronteiriças. Além desta postura, Miliband ressalta que a linguagem usada tanto pelo governo como pela mídia britânica na tentativa de descrever a crise atual como migratória, não de refugiados reflete em um esforço consciente para negar-lhes seus direitos determinado por convenções internacionais⁶⁴.

“Britain was at the forefront of writing the conventions and writing the protocols that established legal rights for refugees. A lot of the legal theory came out of the UK,” [...] “The reasons we did so were good in the the 40s and 50s and they are good today. What applied to Europeans then should apply to Africans and Asians today. We cannot say UN conventions apply to one group of people and not to others”⁶⁵.

O governo britânico tem se engajado em vários controles migratório extraterritorial para garantir que requerentes de asilo não entrem em seu território. A ministra das relações exteriores Lady Anelay, declarou em Outubro de 2014, que a Grã-Bretanha não apoiaria nenhuma operação de busca e salvamento para evitar que migrantes e refugiados se afogassem no Mediterrâneo. Para ela, tal atitude só incentivaria mais pessoas a tentar a perigosa travessia marítima. Neste mesmo mês, a operação Mare Nostrum que havia salvado

⁶¹ UNHCR – Global trends; forced displacement in 2014

⁶² UNHCR Asylum Trends 2014 – Levels and trends in industrialized countries

⁶³ House of Commons – Asylum Statistics, Briefing paper n° SN01403, Setembro 2015

⁶⁴ The guardian - David Miliband: failure to take in refugees an abandonment of UK's humanitarian traditions

⁶⁵Idem

mais de 150.000 vidas foi desarticulada. O FRONTEX⁶⁶ acabou assumindo no lugar do Mare Nostrum através da operação Triton. O mandato da Triton é específico para vigilância e proteção das fronteiras, não busca e salvamento, e só patrulha até trinta milhas ao largo da costa italiana. Mesmo o chefe da FRONTEX afirmou que a prioridade da agência não é para salvar migrantes⁶⁷.

Em Abril de 2015, após a contagem de mortos no mar mediterrâneo subir para 1.700, líderes da UE se encontraram em Bruxelas para uma reunião de emergência. Nela, David Cameron afirmou que enviaria um navio de guerra da Marinha Real juntamente com três helicópteros e dois navios de patrulha de fronteira para ajudar nos esforços no Mediterrâneo. No entanto, salientou que o envolvimento da Grã-Bretanha deveria acontecer debaixo das "condições adequadas", garantindo que os migrantes acolhidos no mar pela Marinha Real não teriam o direito de pedir asilo no Reino Unido. Para além, O Reino Unido também foi um dos países que deliberaram junto a UE a possibilidade de ataques militares em barcos de contrabandistas. A ideia estaria em torno de realizar esforços para identificar, capturar e destruir barcos antes de serem usados por traficantes⁶⁸.

O Reino Unido também faz parte da convenção de Dublin, a qual delibera que o país onde primeiro o refugiado entra na União Europeia é responsável por lidar com o processo de asilo, e não tem o direito de “repassar” o refugiado para outros países da União. Assim, através da convenção de Dublin, todo refugiado que chega ao Reino Unido, já tendo passado por outro país signatário da convenção, deixa de ser um refugiado para se tornar um migrante voluntário, perdendo o direito de solicitar refúgio. O tratado de Dublin vem sendo bastante contestado durante a crise, pois impõe uma carga desigual sobre os países que têm fronteiras marítimas ou com países fora da União Europeia. Houve uma reformulação nos regulamentos do tratado que entrou em vigor em 2013, no qual o Reino Unido não tomou parte.

Os países europeus mais afetados pela crise – Itália, Alemanha e Grécia – tentaram pressionar a comissão europeia em prol de uma reestruturação na política migratória. Um sistema de cotas que distribuiria os refugiados entre os países da união de forma mais justa e adequada seria uma das formas sugeridas para minimizar a crise e dar um destino mais digno

⁶⁶ FRONTEX é a designação abreviada para 'Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia'. Criada a 26 de Outubro de 2004, tem por finalidade coordenar a cooperação entre os países da UE no que se refere à gestão das suas fronteiras externas.

⁶⁷ THE ELECTRONIC INTIFADA - Europe's border policy is designed to push refugees into the sea; & The Guardian - UK axes support for Mediterranean migrant rescue operation

⁶⁸ Express - Now David Cameron sends in Royal Navy warship to 'smash' North African refugee gangs; & MailOnline - David Cameron says Britain will send the navy's flagship to the Mediterranean as part of EU bid to tackle migrant crisis... but stressed the UK would not take on any of the refugees

aos requerentes de asilo que chegam a Europa. David Cameron rejeitou as tentativas dos líderes europeus para forçar a Grã-Bretanha a ter quotas de refugiados do Mediterrâneo. Ao invés disso, ele reafirmou que a Grã-Bretanha não fará parte da zona Schengen⁶⁹, enfatizando que o país “will always maintain our own borders”. Além disto, enquanto visitava as cercas de arame farpado construídas na Bulgária, Cameron chegou a incentivar os países da União Europeia a seguirem o exemplo e fazerem o mesmo em suas fronteiras⁷⁰. Enquanto isso o monitoramento no porto de Calais (rota mais acessível do continente para o Reino Unido) vem se tornando mais forte e o número de requerentes de asilo em centros de detenção vem aumentando estavelmente (GIBNEY, 2011).

3.2 Opinião pública da população britânica em relação à concessão de asilo

Pesquisas recentes mostram que relações raciais, imigração e refúgio ocupam o segundo lugar entre os tópicos que mais preocupam os britânicos desde 2013 – perdendo só para questões econômicas que se tornou a principal preocupação desde a crise de 2008. Essa abrangência e destaque do tema é bastante recente, no entanto, a visão negativa do refugiado tem sido comum por um longo tempo entre a população britânica. O discurso e o posicionamento político têm moldado e reafirmado esta postura. Desde o final dos anos de 1990, a concessão de asilo não é uma característica dos governos vigentes. Em 2001, Michael Heseltine afirmou que um grande número dos “supostos” refugiados era, na realidade, “cheats deliberately making bogus claims and false allegations to get in to this country”⁷¹. Ele também colocou que os nacionais britânicos concederiam abrigo e assistência médica a “dubious asylum seekers” e que a tendência era que a chegada desses falsos requerentes de asilo viria a crescer quando percebessem que o país “was a soft touch” diante dos refugiados⁷².

Seguindo a mesma linha, em 2002, o ministro britânico do interior, David Blunkett afirmou que “schools were in danger of being swamped by the children of asylum seekers”⁷³. E Tony Blair comprometeu-se em reduzir pela metade o número de “tais pessoas” entrando

⁶⁹ O Acordo de Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. Um total de 30 países, incluindo todos os integrantes da União Europeia (exceto Irlanda e Reino Unido) e três países que não são membros da UE (Islândia, Noruega e Suíça), assinaram o acordo de Schengen.

⁷⁰ MailOnline - David Cameron takes a swipe at EU Schengen zone as he stresses Britain 'will always maintain our own borders' and urges nations to follow Bulgaria's example as he visits its razor-wire fences; & The Telegraph - EU Summit: David Cameron uses EU opt out to refuse migrant quotas.

⁷¹ The Guardian – This refugee crisis was a test for David Cameron. He’s flunked it.

Tradução livre da citação – Enganadores, deliberadamente fazendo falsas alegações para entrar no país.

⁷² Idem

⁷³ Idem

Tradução livre da citação – Escolas estão em perigo de serem inundadas por filhos de requerentes de asilo.

no Reino Unido. Na atual crise, David Cameron usou a palavra “praga”⁷⁴ para definir o fluxo de pessoas fugindo da guerra e ultrapassando as fronteiras europeias. Pesquisas mostram que a opinião pública britânica em relação ao asilo tende a ser bastante contrária, sendo mais negativa do que em todos os outros países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Os populares também afirmam no Reino Unido que a posição partidária em relação ao tema do refúgio influenciará sua escolha de voto durante as eleições (FINNEY, 2005; BLINDER, 2014).

Nissa Finney (2005), aponta em sua análise sobre opinião pública nas questões de asilo e refúgio, quatro percepções principais da população britânica em relação ao tema. Primeiro, ela cita que, de forma geral, os britânicos acreditam que o processo imigratório no Reino Unido está fora de controle. Segundo, os Britânicos desconfiam da veracidade da condição de refúgio, os associando à migração ilegal com motivação econômica. Terceiro, a uma tendência a se pensar que o número de refugiados é grande – muito maior do que realmente é -, e por isso, tais constituem uma ameaça à sociedade britânica, seus valores e tradições, além de um fardo econômico e social. Por fim, ela coloca que a população tem a ideia de que os requerentes de asilo ganham tratamento especial do governo, sendo mais bem tratados do que o britânico branco de classe média.

Diante destes dados, Finney (2005), destaca a forte influência midiática e o discurso político altamente tendencioso em relação à negatar a condição de refúgio. A manipulação dos dados e a construção discursiva faz com que a população, em geral, tenha um baixo – e/ou errado – conhecimento sobre o tema. Todas as quatro percepções citadas, podem ser facilmente desconstruídas, pois de forma geral, não condizem com a realidade do refúgio no país. O Reino Unido exerce um alto controle sobre suas fronteiras, e sua determinação geográfica – ilha – facilita ainda mais este controle. O país só acomoda 2% da população de refugiados do mundo – enquanto que pesquisas mostram que a população tende a acreditar que esta porcentagem chega a 23%. Como já colocado neste trabalho, o governo britânico tem medidas que privam o refugiado da assistência social, longe de um tratamento especial. E, por fim, todos os refugiados passam por um processo legal a fim de garantir a veracidade do seu status (FINNEY, 2005; CRAWLEY *et al*, 2013).

Outra questão fortemente debatida por pesquisadores são os efeitos negativos normalmente atribuídos aos migrantes e refugiados. Os britânicos acreditam que migração prejudica a economia nacional, aumenta os níveis de criminalidade e degrada a cultura

⁷⁴ DW – Cameron fala em “praga” de migrantes.

britânica (BLINDER, 2011). No entanto, de forma contraditória, a maior parte dos entrevistados que acreditam nos efeitos negativos relataram nunca terem tido ou presenciado nenhuma experiência negativa com um migrante. Blinder (2011), afirma em sua pesquisa que cidades com maior número de migrantes, como Londres, e os nacionais britânicos que têm convívio próximo com a parcela imigrante da população tendem a ter um discurso mais positivo, inclusivo e tolerante.

Inúmeros fatores podem determinar a opinião pública em relação ao refugiado, desde os aspectos da própria população, variando significativamente de acordo com a idade, o local de residência e a formação educacional. Segundo Blinder (2011), residentes da cidade de Londres, pessoas jovens, minorias étnicas e brancos nascidos no exterior são menos favoráveis a redução da imigração do que a parcela da população restante. Como também, características do próprio imigrante ou refugiado podem influenciar na opinião popular. Normalmente, profissionais altamente qualificados, de países vizinhos com aspectos culturais semelhantes ao britânico são mais bem vistos, aceitos e mais facilmente integrados pela sociedade (BLINDER, 2011; FINNEY, 2005).

É interessante notar que apesar dos requerentes de asilo representarem o menor grupo de imigrantes entrando em território inglês, eles permanecem o grupo mais proeminente na mente da população. Pesquisas mostram que quando falam sobre migração, 62%⁷⁵ dos britânicos, estão pensando especificamente em refugiados. De forma mais abrangente, requerentes de asilo, pessoas de países pobres e com características étnica e culturalmente distante da britânica são mais indesejados pelos nacionais. Para Finney (2005), esta percepção está diretamente associada ao clima sociopolítico de instabilidade da identidade e segurança nacional (BLINDER, 2011; FINNEY, 2005). A sociedade britânica vem ganhando novas “figuras” e novas “cores” vêm incorporando culturas africanas, asiáticas e árabes através da migração – seja de forma voluntária ou não – “o sentimento do que significa ser britânico nunca mais poderá ter a mesma velha confiança e certeza” (HALL, 2006, p. 23).

Em contrapartida, a ideologia fortemente disseminada na Europa de uma identidade nacional una, decorrente de um mesmo processo histórico unificador étnico e cultural vem sendo fortalecida, apesar desses “laços naturais” não mais representarem – como nunca representaram – o total da população nacional. Esta percepção mais presente do “outro” leva, segundo Hall (2006), a um ‘retorno a etnia’, ou seja, a um fortalecimento da identidade local,

⁷⁵ The Migration Observatory – Thinking behind the numbers: understanding public opinion on Immigrants on Britain Outubro/2011

na tentativa de se restaurar uma sociedade etnicamente homogênea. Esta postura provoca o acirramento do preconceito e do “racismo cultural” que fortalece os grupos radicais de direita conservador. A percepção de etnicidade como modelo construtivo da nação, apesar de ser uma construção mito-simbólica, como afirma Smith (1993), tende a ser excepcionalmente durável e resistente ao longo de várias gerações e séculos (HALL, 2006; SMITH, 1993).

Quando o sentimento de nacionalidade justifica e significa a fraternidade e a solidariedade dentro de um determinado grupo social, e a etnicidade e a raça são as determinantes que moldam e fundamentam a ideia de nacionalidade, criamos assim um sistema global de Apartheid (SMITH, 1993; RICHMOND, 1993). “The idea that only one dominant racial or ethno-religious group should be allowed to occupy a particular territory is precisely the meaning of apartheid”⁷⁶ (RICHMOND, 1993, p.8). A postura hostil da população em relação ao processo migratório é a maior prova de que o conceito de nação concebido na modernidade que segrega e priva seres humanos de direitos é legítimo e naturalmente aceito por uma sociedade que foi “civilizada” pelos preceitos ocidentais de nação.

3.3 O que determina a opinião pública

Em sua pesquisa sobre determinantes da atitude da população britânica em relação ao migrante, Blinder (2011), chegou à conclusão de que posturas antimigrantes acompanham principalmente o perfil sociocultural tanto da população receptora, quanto do migrante que começa a integrar essa sociedade, por esta razão, ele afirma que questões culturais podem explicar a opinião pública muito mais assertivamente do que questões de viés econômico. Apesar de não saber explicar o porquê, Blinder (2011), afirma que a oposição à migração é mais forte no Reino Unido quando as pessoas estão pensando em migrantes vindos de países como Índia, Paquistão ou Índias Ocidentais (ex-colônias britânicas). Como já citado anteriormente neste trabalho, Finney (2005), reitera esta percepção quando coloca que a hostilidade contra refugiados normalmente vem combinada de outros preconceitos raciais, religiosos e de gênero (BLINDER, 2011; FINNER, 2005).

Estes dados trazem a tona toda a discussão trazida por Said (1995), sobre a visão negativa que o ocidental tem do não-ocidental e como as perspectivas eurocêntricas foram asseguradas até os dias de hoje no imaginário popular. Este movimento migratório contrário – das periferias para o centro – não agrada a população dos países centrais. “As relações

⁷⁶ Tradução livre da citação - A ideia de que apenas um grupo racial ou étnico-religioso dominante deve ser permitido a ocupar um território particular, é precisamente o significado de apartheid.

culturais, materiais e intelectuais entre a Europa e o Oriente passaram por inúmeras fases, mas em geral foi o ocidente que se moveu para o oriente, e não vice-versa” (SAID, 1995, p.114 e 115). A ideia dos ex-colonizados indo em direção a Europa e levando consigo todas as consequências do imperialismo com elas tem feito com que a Europa abra mão dos seus princípios humanitários mais básicos. Não só as diferenças sociais, étnicas e culturais devem ser mantidas geograficamente afastadas, mas também todas as mazelas deixadas pelo processo colonizador.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma grande mobilização para lidar com a crise de refugiados na Europa. Em 1947, o Comando Aliado das Nações Unidas de Socorro, Reabilitação e Administração (UNRRA) estava conduzindo quase 800 campos de reinstalação, abrigando cerca de 7 milhões de pessoas. Através de esforços gigantescos, em 1951, os campos abrigavam apenas 177 mil pessoas, 2,5% do total inicial. Milhões haviam sido reassentados, repatriados e números significativos emigraram. “At that time there was a collective political will in the face of emergency, and a sense of humanitarian responsibilities in the wake of the horrors of war and the Holocaust”⁷⁷ (BUNDY, 2016, p. 6). Nos anos seguintes, a Europa imperialista prosperou como nunca antes na história, através do capitalismo global. Neste ponto da história, já faziam mais de trezentos anos que a Europa emigrava, conquistava e colonizava sobre outros povos (BUNDY, 2016).

Atualmente, no entanto, não fazem nem trinta anos que a Europa se tornou um continente imigratório, e a predisposição para receber imigrantes e refugiados do resto do mundo já é quase nula. Em face da crise de refugiados, pouca vontade política e humanitária se encontra nos países mais ricos do mundo. Os campos de refugiados com estrutura extremamente precárias, que se estende pelo território dos países mais pobres, são casa, há mais de 10 anos, para 45% dos refugiados hoje no mundo⁷⁸. A falta de rotas seguras e assistência para a fuga fez com que mais de 10.000⁷⁹ pessoas morressem tentando atravessar o mar Mediterrâneo desde 2014. A situação desumana e insustentável de homens, mulheres e crianças na África, Ásia e no Oriente Médio fugindo de guerras e perseguições não têm movido a sociedade europeia para rever os mesmos esforços empenhados após a Segunda Guerra Mundial.

É esta uma crise moral? O problema dos refugiados no século XXI personifica a percepção de que algumas vidas têm valor e outras não? Finney (2005), fala sobre um “pânico

⁷⁷ Tradução livre da citação - Naquele tempo havia uma vontade política coletiva em face da emergência, e um senso de responsabilidade humanitária na sequência dos horrores da guerra e do Holocausto.

⁷⁸ UNHCR – Global Trends Forced Displacement in 2014

⁷⁹ UNHCR - Refugees/Migrants Emergency Response - Mediterranean

moral”, Bauman (2005), sobre o sentimento de ameaça e a necessidade de se manter longe dos olhos “o refugio da modernidade”. Em seu artigo “Europe’s failure on refugees echoes the moral collapse of the 1930s” Patrick Kingsley, expõe que “Europe’s abdication of responsibility (in taking refugees) is usually justified in the name of cultural superiority”⁸⁰. A estrutura identitária e ideológica construída durante o período colonial sustenta e reforça a opinião de que o não-europeu (não-branco, não-cristão e não-civilizado) representa uma ameaça à civilidade e cultura europeia, que o acolhimento destas pessoas trariam efeitos negativos para a sociedade, e, por isso, tais, deveriam ser mantidas a distância, excluídas, subalternizadas e periféricas.

O problema da opinião publica hostil não se baseia na diferença – há sempre a apreciação pelo diferente –, mas a percepção de medo instituída a essa diferença. Said (1995), traz repetidamente em seu livro *O orientalismo* que o tema do Oriente é construído sobre uma ótica que insinua perigo. Ele foca, em especial, na questão do Islã, e como tal veio “a simbolizar o terror, a devastação, as hordas demoníacas dos odiados bárbaros” (SAID, 1995, p.98). A questão atual dos grupos terroristas amplifica esta dimensão de perigo. Todo islâmico que entrar em território europeu é um terrorista em potencial, todo vestígio do islamismo é uma ameaça ao cristianismo europeu. Assim, se fortalece e se perpetua a negativização do diferente, representado por aquele que constitui a ameaça diante de uma sociedade pacífica, civilizada e liberal.

Qualquer generalidade ganha foros de verdade; qualquer lista especulativa de atributos orientais acaba por se aplicar ao comportamento dos orientais no mundo real. Num lado, há os ocidentais, e no outro, há árabes-orientais; os primeiros são racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de manter valores reais, sem suspeita natural; os últimos não são nada disso (SAID, 1995, p.85).

Assim, percebemos como as percepções e as ideologias desenvolvidas durante o colonialismo têm influenciado, ainda hoje, a opinião pública em relação ao outro. Estes estigmas coloniais se perpetuam através da criação do estado-nacional, que teve como objetivo trazer “uma nova configuração das relações mundiais de poder, agora não mais baseada na repressão e sim na produção das diferenças” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.87). As fronteiras garantiriam as velhas certezas, hierarquias e perfis identitários. A distância geografia manteria o Norte abastado, triunfante e civilizado, ao contrário do sul destituído e atrasado. O conceito de cidadania se tornou a principal forma de exclusão no mundo

⁸⁰ The Guardian - Europe’s failure on refugees echoes the moral collapse of the 1930s
Tradução livre da citação – A abdicação da responsabilidade (na tomada de refugiados) da Europa é normalmente justificada em nome da superioridade cultural.

moderno. Ela trouxe consigo o efeito paradoxal de enfraquecer os fundamentos morais da sociedade internacional. Enquanto dá direito a um grupo seletivo – os nacionais – priva outros dos mesmos direitos (CASTRO-GOMÉZ, 2005; BAUMAN, 2005).

Hannah Arendt (2013), coloca em sua obra, *Nós, os refugiados*, os efeitos dessa segregação e seletividade na concessão de direitos:

Vivemos realmente num mundo no qual, seres humanos enquanto tais deixaram de existir há já algum tempo; desde que a sociedade descobriu a discriminação como a maior arma social através da qual pode-se matar um homem sem derramar sangue; desde que passaportes ou certificados de nascimento e algumas vezes até recibos de impostos, não são mais papéis formais, mas factos de distinção social (ARENDR, 2013, p. 19.)

O apoio às políticas restritivas contra refugiados é cada vez maior no continente europeu. Com a ascensão da extrema direita na Europa, tem-se argumentado que a deportação de refugiados de volta para lugares como a Turquia e a Líbia iria salvar o continente de recair em extremismos dos anos entre guerras. Diante disto, Patrick Kingsley argumenta em sua coluna no *The Guardian*⁸¹ se o oposto não seria verdadeiro - se, em vez de evitar um afastamento da direita, esta posição de separação e exclusão, de fato, levaria a Europa um passo mais perto do extremismo. O fortalecimento de identidades locais como reação defensiva dos membros dos grupos étnicos predominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas é um processo recorrente nos países europeus, que precisa ser enfrentado, não com mais segregação e violação de direitos, mas com uma nova reestruturação na forma de pensar a si mesmo e o outro (HALL, 2006).

No Reino Unido, por exemplo, a atitude defensiva produziu uma “inglesidade reformada, um “inglesismo” mesquinho e agressivo e um recuo ao absolutismo étnico numa tentativa de ecoar a nação e reconstruir uma identidade que seja una, unificada, e que filtre as ameaças da experiência social [...] A reafirmação de “raízes” culturais e o retorno à ortodoxia têm sido, desde há muito, uma das mais poderosas fontes de contra-identificação (HALL, 2006, p. 23 e 25).

A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela intensidade das confrontações culturais globais. Talvez este seja o momento de se forjar uma nova interpretação das identidades baseada no respeito e na responsabilidade da “tradução cultural” (HALL, 2006). Ben Doherty, traz em sua coluna no *The Guardian*⁸² que as vozes menos ouvidas nos debates sobre a crise de refugiados atual são as dos próprios refugiados. Enquanto

⁸¹ The Guardian - Europe's failure on refugees echoes the moral collapse of the 1930s

⁸² The Guardian – Solving the refugee crisis begins by changing the way we see them

a mídia e os políticos os definem como “cocorotes”, “illegals”, “queue jumpers” ou “suspected terrorists”⁸³, afirmações que são aceitas, reproduzidas e disseminadas. Um paralelo com as produções discursivas do período colonialista é incontestável. Esta construção discursiva traz a tona as duas questões mais debatidas pelos teóricos pós-colonialistas – como citado anteriormente neste trabalho – primeiro, a produção ideológica e discursiva unilateral como conhecimento válido, desabilitando a voz ao refugiado; e segundo, a produção de interpretações equivocadas, que acabam por definir a construção do outro de forma fictícia e errônea.

Autores como Finney e Blinder, utilizam da teoria de contato (Contacty Theory) e de conflito de grupos (Group Conflict), para avaliar as atitudes da população britânica em relação a refugiados. A teoria de Group Conflict traz a percepção de que imigrantes representam uma ameaça à cultura nacional. Este senso de conflito se baseia em percepções simbólicas e mais relacionadas ao nacionalismo que enfatiza a etnicidade como parte da identidade britânica. Já a Contacty Theory, sustenta que manter um contato positivo com membros de outros grupos étnico, religioso e racial produz atitudes mais positiva em relação a membros de outros grupos. Isto explicaria porque Londrinos são mais favoráveis à migração do que o resto da população britânica. Cruzando estas duas teorias, os autores percebem que, apesar da negatividade da opinião pública em relação ao asilo ser ainda forte dentro do Reino Unido, o contato mais direto entre os grupos étnicos e o desenvolvimento de um discurso e de uma percepção diferente do outro resultaria em uma sociedade menos xenófoba, racista e preconceituosa (FINNEY, 2005; BLINDER, 2011).

Doherty afirma, já no título de seu artigo que “ solving the refugee crisis begins by changing the way we see them”⁸⁴. Mudar a forma como percebemos o outro e como interagimos com ele na produção identitária e ideológica é o primeiro passo para uma maior aceitação e integração do refugiado dentro das sociedades. Uma nova percepção de cidadania é necessária, não defendida por fatores étnicos ou raciais, mas reconhecendo a alteridade como parte integrante desta nova constituição social democrática e global, trazendo assim, uma redefinição do espaço dos direitos de forma menos excludente e segregadora (PERALVA, 2007).

Redefining citizenship requires everyone, including the natives, “to put in play, at least symbolically, their acquired civil identity, inherited from the past, and rebuild it in the present with everybody

⁸³ Tradução livre da citação – “baratas”, “ilegais”, “puladores de fila” ou “suspeitos de terrorismo”.

⁸⁴ The Guardian – Solving the refugee crisis begins by changing the way we see them

else, all those who - whatever their origin, seniority and legitimization - share the same destiny in a corner of the Earth”⁸⁵.

Nestes últimos anos o Reino Unido tem fechado suas portas para os refugiados, para suas obrigações em face a responsabilidade assumida diante da convenção de 51 e para princípios humanísticos e morais que permeiam a sociedade britânica. As concepções de que o “outro” é um perigo a ser evitado e afastado e de que sua presença é uma ameaça à homogeneidade cultural e a estabilidade social, moldam as opiniões e atitudes dos nacionais britânicos até os dias atuais. No entanto, em um mundo globalizado, as fronteiras imaginárias começam a ser pequenas e pouco significantes diante das “forças que causam o deslocamento e transformam seres humanos em refugiados” (BAUMAN, 2004, p. 75). “As portas podem estar fechadas, mas o problema não irá embora” (BAUMAN, 2004, p. 75). Assegurar o reconhecimento de igualdade e de direitos a todos os seres humanos, independente de nacionalidade, raça ou etnicidade é um dos maiores desafios da sociedade contemporânea.

⁸⁵ BALIBAR, apud, OPEN DOORS - Social Inclusion and the construction of European identity, p. 205 - <http://docplayer.net/12986883-Open-doors-social-inclusion-and-the-construction-of-european-identity-a-research-on-forced-migration-to-activate-civil-society.html>

Tradução livre da citação – Redefinir a cidadania exige que todos, inclusive os nativos, “a colocar em jogo”, ao menos simbolicamente, sua identidade civil, herdada do passado e reconstruí-la no presente, incluindo todos os outros, todos aqueles que – não importa a origem, os antepassados, ou a legitimidade - compartilhar o mesmo destino em um canto da Terra.

Considerações Finais

A guerra civil na Síria e o decorrente fluxo de migrantes forçados em direção à Europa trouxe à tona um problema que não começou há quatro anos, mas que vem sendo evitado por décadas pela sociedade contemporânea. Os refugiados vêm sendo amontoados aos milhares em campos supostamente provisórios no meio do nada, nos quais, as condições de sobrevivência são mínimas e a possibilidade de reassentamento também. O crescimento de conflitos, em especial na África e no Oriente Médio, e o conseqüente aumento de pessoas em fuga têm multiplicado o número desses “limbos existências”, e esgotado os suprimentos das agências humanitárias. Esta realidade fez com que inúmeras pessoas se recusassem a permanecer em campos de refugiados e alcançaram as fronteiras dos países europeus.

Agora, a realidade dos refugiados bate a porta dos países desenvolvidos. Mesmo sem licença para entrar, eles acharam seu próprio caminho através do mar, através de longas caminhadas que duram meses e através de rotas perigosas – que tiraram a vida de muitos – em busca de segurança e um futuro. Neste processo, os refugiados acabam por desafiar o sistema mundo atual baseado na soberania estatal e controle de fronteiras. No percurso desta crise, os países europeus não conseguem mais assegurar quem está entrando em seu território. O movimento de pessoas em direção à Europa atingiu um dos centros hegemônicos atual e trouxe para a superfície as contradições de um sistema global segregador, seletivo e usurpador de direitos.

Os benefícios de um mundo globalizado, da livre circulação de mercadoria e do desenvolvimento tecnológico não parece alcançar a todos, e nem parece ter sido construído com este propósito. A naturalização das fronteiras e a imposição de barreiras ao movimento humano tem sido uma das principais marcas do século XXI. Dentro deste sistema, os estados adquirem legitimidade para selecionar aqueles que têm direito de entrarem em seu território, levando em conta, muitas vezes, características como status social, nacionalidade, etnia, raça ou distinções culturais.

Desde o início, encontra-se, portanto, no âmago da instituição do Estado-nação um princípio de igualdade restrita, onde, aqueles que possuem o direito de intitular-se cidadão e ser portador de direitos está limitado a um grupo de indivíduos vinculados por um sentimento de ancestralidade e igualdade racial. Neste contexto, a identidade nacional se estabelece como ideologia vinculante da população ao Estado em um caráter de pertencimento. O sentimento nacional determina as características que nos definem como comunidade, ao mesmo tempo em que, nos difere dos outros.

A formação identitária do indivíduo acontece diante das relações com o outro. Assim, diante da diferença eu reconheço aquilo que não sou, da mesma forma que reconheço e afirmo o que sou. Os significados produzidos nas relações sociais são reproduzidos, reafirmados e naturalizados através do processo histórico e legitimado através das instituições e sistemas sociais. Tais perspectivas ideológicas, sejam elas produzidas no discurso sociocultural ou científico, moldam a opinião e as relações sociais, naturalizando muitas vezes posições opressoras de poder, o racismo e a xenofobia.

Teóricos pós-colonialista trazem uma construção analítica baseada nas relações sociais históricas de poder, e, como tais, influenciam e definem o sistema mundo atual. Dentro desta perspectiva, eles afirmam que o período colonial foi uma época de hegemonia europeia, no qual a posição privilegiada do continente europeu possibilitou a propagação de uma consciência ideológica voltada para sua superioridade social, cultural e racial. Este processo marcou profundamente a construção de uma percepção identitária dividida em dois grandes polos: o ocidental e o não ocidental.

Durante o período colonial, a Europa se tornou a principal fonte de toda produção científica. Os discursos produzidos nesta época tinham como objetivo justificar a exploração, dominação e colonização de outros povos. Para este fim, a produção era baseada no Darwinismo social e em outras teorias que classificavam sociedades como civilizadas e não-civilizadas, em um processo de evolução baseada em características abstratas de alteridade. A inferioridade dos povos e sociedades não europeias justificava o processo colonizador através de uma hierarquização das diferenças.

Assim, é necessário ressaltar que o grande problema da construção ideológica do período colonial, não é a produção das diferenças, mas sim, a produção da diferença baseada na inferioridade, exclusão e desumanização do outro. As sociedades “subalternas” foram caracterizadas como bárbaras, selvagens, atrasadas e não-civilizadas, que contariam com a ajuda da Europa civilizada, racional e evoluída para alcançar o pleno desenvolvimento social e cultural.

Esta visão eurocêntrica prevalece até os dias atuais e determina a opinião pública e a postura dos governos europeus frente à crise de refugiados. A maior parte dos refugiados fugindo de guerras atualmente são originários de antigas colônias europeias ou de países não-ocidentais. Sírios, afegãos, somalis, sudaneses, congolese, entre outros são vistos pela população dos países europeus como uma ameaça à manutenção da homogeneidade étnica e cultural de seus países. A influência da cultura destes povos e o aumento desta população em solo europeu são encarados de forma negativa, pois deterioraria a moral, os princípios e as

crenças europeias. A resistência ao acolhimento dos refugiados esta diretamente ligada a preconceitos raciais, étnicos e religiosos.

Uma constatação deste fato é o crescimento dos grupos radicais de direita na maioria dos países europeus. Eles defendem em seus discursos a superioridade da cultura europeia e tem como principal ponto de suas agendas políticas a postura antimigrante. A resistência ao movimento de “certos tipos de pessoas” dentro do território europeu é uma herança da época colonial que até hoje legitima e perpetua a xenofobia e o racismo no imaginário popular e nas instituições sociais.

O Reino Unido, apesar de ter sido o maior “conquistador” durante o período colonial, e ter migrado e explorado outros territórios de acordo com os seus interesses por séculos, hoje, é um dos países europeus mais resistentes ao acolhimento de refugiados. Mesmo tendo participado da construção e da celebração de inúmeros tratados e convenções internacionais acerca da dignidade do ser humano e de seu valor inerente, independente de raça, origem, orientação sexual ou religião, o Reino Unido é o país da Europa Ocidental que mais resiste à entrada de refugiados. A opinião pública tem as questões de imigração e relações raciais como a segunda mais preocupante questão do país.

O jornal The Guardian publicou uma pesquisa realizada pelo YouGov em Janeiro deste ano, na qual 44% dos entrevistados afirmaram que o colonialismo britânico foi algo positivo, e que, na realidade, o povo britânico deveria se orgulhar de tal feito⁸⁶. Esta constatação é a clara evidência de como a ideologia desenvolvida no período colonial, para justificar as barbáries realizadas pelos dominadores ainda são reais no imaginário social. Os britânicos ainda acreditam que o processo colonizador levou desenvolvimento e civilidade para o resto do mundo e que seus efeitos foram mais positivos que negativos.

A insubordinação dos refugiados em permanecer em campos de refugiados recebendo ajuda humanitária, e sua ousadia em desafiar os limites estabelecidos pelos Estados-nação, cruzando em grande fluxo as fronteiras dos países europeus nos últimos quatro anos sobressaltou a crescente hostilidade ao ‘outro’ dentro da sociedade europeia, levando-os a cogitar até o uso da força, e, conseqüentemente, abandono de todos os valores e princípios relativos à dignidade humana que são considerados a base da sociedade europeia.

Enquanto a Europa lida com seus antigos estigmas e preconceitos, muitos homens, mulheres e crianças ainda serão condenados a passar suas vidas reclusos, em situações subhumanas em campos de refugiados, ou morrerão na tentativa de alcançar segurança por

⁸⁶ The Guardian – Empire state of mind: why do so many people think colonialism was a good thing?

vias ilegais. A segregação que dá direitos e privilégios a alguns e usurpa de outros em nada se diferencia do processo escravocrata, do apartheid, ou do nazismo. Todos foram sistemas criados para segregar de acordo com fatores raciais e étnicos, que tinham como principal função conceder ou negar direitos sociais e políticos com base nessas classificações.

Uma mudança que começa na forma como percebemos o outro e se expande pela articulação do discurso, pela produção acadêmica, e que acaba por atingir as estruturas das instituições sociais é urgente e necessária. Em seu livro *A World of Struggle*, David Kennedy (2016), se direciona aos experts da nossa época na tentativa de fazê-los refletir sobre as implicações mais amplas do mundo que estão criando, examinando as razões e objetivos que baseiam suas ações. Para Kennedy (2016), o mundo em que vivemos, com toda sua injustiça e sofrimento, foi feito, e é reproduzido, principalmente, por aqueles que podem mobilizar conhecimento e poder.

Por esta razão, toda produção científica deveria ter uma explícita razão ética e sociopolítica, sempre se responsabilizando pelas implicações desencadeadas pela construção de conhecimento. Pois, como o próprio Foucault coloca, “o poder produz saber; poder e saber estão diretamente implicados” (FOUCAULT, 1999, p. 30). O mundo regido por *experts* resultou em um mundo extremamente injusto. Mudar a forma como produzimos conhecimento, e tomar responsabilidade pelas suas implicações, talvez, seja uma boa forma de começar a mudança que precisamos.

Referências

- ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: < http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANI, Marimba. **Yurugu: Na African-centered Critique of European Cultural Thought and Behaviour**. Trenton: Africa World Press, 1994.
- ARENDT, Hannah. **Nós, Os Refugiados**. Covilhã: Coleção: Textos Clássicos da Filosofia, 2013.
- BARROSO, Adriane de Freitas. **Sobre a Concepção de Sujeito em Freud e Lacan**. Revista Barbarói UNISC – n°36, 2012. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1975/2950> >.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1994.
- BLEICHMAR, Célia; BLEICHMAR, Noberto. **A Psicanálise Depois de Freud: Teoria e Clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- BLINDER, Scott. **UK Public Opinion Toward Immigration: Overall Attitudes and Level of Concern**. The Migration Observatory. Oxford. Setembro/2014. Disponível em: < <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/briefings/uk-public-opinion-toward-immigration-overall-attitudes-and-level-concern> >.
- BLINER, Scott. **Migration to the UK: Asylum**. The Migration Observatory. Oxford. 2015. Disponível em: < <http://migrationobservatory.ox.ac.uk/briefings/migration-uk-asylum>>.

BLINER, Scott. **UK Public Opinion toward Migration: Determinants of Attitudes**. The Migration Observatory. Oxford. 2011. Disponível em: <
<http://migrationobservatory.ox.ac.uk/briefings/uk-public-opinion-toward-migration-determinants-attitudes>>.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BUNDY, Colin. **Migrants, Refugees, history and precedents**. Forced Migration Review. Destination: Europe. Oxford, n. 51, 2016. Disponível em:
 <<http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/destination-europe.pdf> >.

Café com Sociologia. **O poder em Foucault: breves apontamentos**. Bianca Wild. Disponível em: < <http://www.cafecomsociologia.com/2013/03/o-poder-em-foucault-breves-apontamentos.html>>.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The Age of Migration**. New York: The Guilford Press, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências Sociais, violência epistêmica e o Problema da “Invenção do Outro”**. CLASCO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf >.

COLE, James. **What are the Consequences of the Post-structural Critique of International Theory?** E-International Relations Studies, 2013. Disponível em: < <http://www.e-ir.info/2013/05/13/on-post-structuralisms-critique-of-ir/> >.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **A modernidade e o problema nacional: Hermenêutica histórica das noções de ‘nação’, ‘etnia’ e ‘raça’ na teoria social clássica e contemporânea**. Revista Antropológicas, ano 10, volume 17, 2006.

CRAWLEY, Heaven. **Evidence on Attitudes to Asylum and Immigration: What We Know, Don’t Know and Need to Know**. Centre on Migration, Policy and Society Working Paper No. 23, University of Oxford, 2005. Disponível em:
 <https://www.compas.ox.ac.uk/2005/wp-2005-023-crawley_attitudes_asylum_immigration/>.

CRAWLEY, Heaven; DRINKWATER, Stephen; KAUSER, Rukhsana. **Regional Variations in Attitudes Towards Refugees: Evidence from Great Britain**. IZA DP N° 7647. 2013. Disponível em: <<http://repec.iza.org/dp7647.pdf>>.

CRÉAPEAU, François. **Foreword: Banking on Mobility Over a Generation**. Forced Migration Review. Destination: Europe. Oxford, n. 51, 2016. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/destination-europe.pdf>>.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Writing and Difference**. London: Routledge Classics, 2001.

DIAS, Solange Gonçalves; MINHOTO, Laurindo Dias. **Globalização e Estado Nacional**. Integração, ano XII, n°44, 2006.

DW. **Cameron fala em “praga” de migrantes**. 31.07.2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/cameron-fala-em-praga-de-migrantes/a-18619417>>.

ELIAS, Nibert. **O Processo Civilizador: Uma história dos Costumes** (vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Express. **Now David Cameron sends in Royal Navy warship to 'smash' North African refugee gangs**. MARTYN BROWN, BRUSSELS: 06:16, Fri, Apr 24, 2015. Disponível em: <<http://www.express.co.uk/news/politics/572506/David-Cameron-military-action-trafficking-gangs-Libya-Syria>>.

FINNEY, Nissa. **Key Issues: Public Opinion on Asylum and Refugee Issues**. 2005. Disponível em: <http://icar.livingrefugeearchive.org/fs_attitudes.pdf>.

Forced Migration Review. **Destination: Europe**. Oxford, n. 51, 2016. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/destination-europe.pdf>>.

Forced Migration Review. **Protracted Displacement**. Oxford, n. 33, 2009. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/FMRpdfs/FMR33/FMR33.pdf>>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIBNEY, Matthew. **Policy Primer: Asylum Policy**. The Migration Observatory. Oxford.

2011. Disponível em: <

<http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/sites/files/migobs/Asylum%20Policy%20Primer.pdf>>.

GOULART, Audemaro Taranto. **Notas Sobre o Desconstrucionismo de Jacques Derrida**.

Programa de pós-graduação em letras, literaturas de língua - PUC Minas, 2003. Disponível

em: <

http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121011175312.pdf >.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. 2º edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

House of Commons. **Asylum Statistics, Briefing** paper n° SN01403. Setembro/2015.

Disponível em: <

<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN01403>>.

IANNI, Octavio. **A Racialização do Mundo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 1996.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86140/88824> >.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Independent. **British public among least welcoming in Europe towards refugees,**

according to survey. Andrew Grice Wednesday 16 December 2015. Disponível em:

<<http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/british-public-among-least-welcoming-in-europe-towards-refugees-survey-says-a6775746.html>>.

Instituto Português de Relações Internacionais. **Uma visão intempestiva – um legado**

intemporal”. Woodrow Wilson e a Irresistível Tentação da Paz Democrática. Mónica

Dias, Universidade Católica Portuguesa - Paper apresentado na Conferência «Os Estados

Unidos e a Ordem Internacional», realizada na FLAD a 30 de Setembro e 1 de Outubro de

2004. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=24>>.

IOM. **How the world views migration**. 2015. Disponível em:
<<http://publications.iom.int/books/how-world-views-migration>>.

KENNEDY, David. **A World of Struggle: How power, law and expertise shape global political economy**. Oxford: Princeton University Press, 2016.

MailOnline. **David Cameron says Britain will send the navy's flagship to the Mediterranean as part of EU bid to tackle migrant crisis... but stressed the UK would not take on any of the refugees**. SIMON TOMLINSON, 09:26 GMT, 23 April 2015.

Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3051902/EU-leaders-allow-just-5-000-migrants-cross-Mediterranean-settle-Europe.html>>.

MailOnline. **David Cameron takes a swipe at EU Schengen zone as he stresses Britain 'will always maintain our own borders' and urges nations to follow Bulgaria's example as he visits its razor-wire fences**. NICK ENOCH, 14:45 GMT, 4 December 2015.

Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3346098/David-Cameron-takes-swipe-EU-Schengen-zone-stresses-Britain-maintain-borders.html>>.

MATA, Inocência. **Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêntricas**. Dossiê: Diálogos do Sul, Civitas, v. 14, 2014.

NÁPOLI, Lucas. **Por que Lacan disse que o sujeito é o que um significante representa para outro significante?** 2012. Disponível em: <<https://lucsnapoli.com/2012/07/30/por-que-lacan-disse-que-o-sujeito-e-o-que-um-significante-representa-para-outro-significante/>>.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

Office for National Statistic. **Annual Mid-year Population Estimates**. 2014. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/populationestimates/bulletins/annualmidyearpopulationestimates/2015-06-25>>.

Office for National Statistic. **Conceptions in England and Wales**. 2014. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/birthsdeathsandmarriages/conceptionandfertilityrates/bulletins/conceptionstatistics/previousReleases>>.

Office for National Statistic. **Migration Statistics Quarterly Report**. Novembro/2015.
Disponível em: <

<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/migrationstatisticsquarterlyreport/november2015> >.

Office for National Statistic. **Population by Country of Birth and Nationality Report**, August/2015. Disponível em:

<<http://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/populationbycountryofbirthandnationalityreport/2015-09-27>>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

OPEN DOORS. **Social Inclusion and the construction of European identity**. [ca. 2014].

Disponível em: <<http://docplayer.net/12986883-Open-doors-social-inclusion-and-the-construction-of-european-identity-a-research-on-forced-migration-to-activate-civil-society.html>>

PERALVA, Angelina. **Globalização, Migrações Transnacionais e Identidades Nacionais**.

Instituto Fernando Henrique Cardoso – “Projeto nova agenda para a coesão social na democracia na América Latina”, 2007.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais**. RBCS

Vol. 19 nº. 55, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n55/a09v1955.pdf> >.

RICHMOND, Anthony H. **Open and Closed Borders: Is the New World Order Creating a**

System of Global Apartheid? Refuge, Vol. 13, No. 1,1993. Disponível em: <

<http://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/21712/20382> >.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo. Companhia das letras, 1995.

SASSEN, Saskia. **Is this the way to go? – Handling immigration in a global era**. Stanford:

An Online Journal of Legal Perspectives, vol. 4, 2002. Disponível em: < <http://agora.stanford.edu/agora/volume4/articles/sassen/sassen.pdf> >.

SMITH, Anthony D. **The Ethnic Origins of Nations**. Oxford: Blackwell, 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravprty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Paul. **Derrida em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SUNAK, Rishi; RAJESWARAN, Saratha. **A Portrait of Modern Britain**. Policy Exchange. 2014. Disponível em:

<<http://www.policyexchange.org.uk/images/publications/a%20portrait%20of%20modern%20britain.pdf>>.

The Electronic Intifada. **Europe's border policy is designed to push refugees into the sea**.

Rania Khalek, 30 April 2015. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/rania-khalek/europes-border-policy-designed-push-refugees-sea>>.

The Guardian. **David Miliband: failure to take in refugees an abandonment of UK's humanitarian traditions**. Julian Borger, New York: Wednesday 2 September 2015 07.32

BST. Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/world/2015/sep/02/david-miliband-refugees-uk-humanitarian-traditions>>.

The Guardian. **Empire state of mind: why do so many people think colonialism was a good thing?** Wednesday 20 January 2016 15.04 GMT. Disponível em: <

<http://www.theguardian.com/politics/shortcuts/2016/jan/20/empire-state-of-mind-why-do-so-many-people-think-colonialism-was-a-good-thing>>.

The Guardian. **Europe's failure on refugees echoes the moral collapse of the 1930s** .

Patrick Kingsley, Tuesday 26 April 2016 18.18 BST. Disponível em: <

<http://www.theguardian.com/world/commentisfree/2016/apr/26/europe-stance-refugees-ethical-failure-historic-proportions>>.

The Guardian. **Solving the refugee crisis begins by changing the way we see them**. Ben Doherty, Monday 1 June 2015 15.21 BST. Disponível em: <

<http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jun/01/refugee-crisis-migrants-changing-perception>>.

The Guardian. **This refugee crisis was a test for David Cameron. He's flunked it**. John Harries, Thursday 3 September 2015 08.00 BST. Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/sep/03/refugee-crisis-test-david-cameron>>.

The Guardian. **UK axes support for Mediterranean migrant rescue operation.** Alan Travis, home affairs editor. Monday 27 October 2014 20:52 GMT. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2014/oct/27/uk-mediterranean-migrant-rescue-plan>>.

The Migration Observatory. **Thinking behind the numbers: understanding public opinion on Immigrants on Britain.** Oxford: Outubro/2011. Disponível em: <<http://migrationobservatory.ox.ac.uk/understanding-uk-public-opinion/executive-summary>>.

The Telegraph. **EU Summit: David Cameron uses EU opt out to refuse migrant quotas.** Steven Swinford, and Matthew Holehouse, Brussels: 8:10AM BST 26 Jun 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/politics/david-cameron/11700336/EU-Summit-David-Cameron-uses-EU-opt-out-to-refuse-migrant-quotas.html>>.

UNHCR. **Global Trends – Forced Displacement.** 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/556725e69.pdf>>.

UNHCR. **Mid Year Trends. 2015.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/56701b969/mid-year-trends-june-2015.html>>.

UNHCR. **Protracted Refugee Situations: The Search for Practical Solutions.** [ca. 2005]. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4444afcb0.pdf>>.

UNHCR. **Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean.** Disponível em: <<http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php>>.

UNHCR. **Report Shows Further Growth in Forced Displacement in First Half 2014.** França, 7 January 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/54abe0e66.html>>.

UNRIC. **A Era da Mobilidade* Ban Ki-moon Secretário-Geral das Nações Unidas.** Portugal: jornal Público, 10/07/2007. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/opiniao/11361>>.

VARGAS-SILVA, Carlos. **Global International Migrant Stock: The UK in International Comparison.** The Migration Observatory. Oxford. 2014. Disponível em: <<http://migrationobservatory.ox.ac.uk/briefings/global-international-migrant-stock-uk-international-comparison>>.

VARGAS-SILVA, Carlos; MARKAKI, Yvonne. **Long-Term International Migration Flows to and from the UK.** The Migration Observatory. Oxford. 2015. Disponível em: <

<http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/briefings/long-term-international-migration-flows-and-uk>>.